

MARIA HELENA SÁ FERREIRA LOPES DA SILVA

A AUDITORIA E A GESTÃO EMPRESARIAL: O CASO DAS EMPRESAS DO
DISTRITO DE FARO



2023

MARIA HELENA SÁ FERREIRA LOPES DA SILVA

A AUDITORIA E A GESTÃO EMPRESARIAL: O CASO DAS EMPRESAS DO
DISTRITO DE FARO

Mestrado em Fiscalidade

Trabalho efetuado sob orientação de:
Prof.^a Doutora Celísia Isabel Domingues Baptista
Prof. Dr. Fernando Manuel Correia Marques



2023

A AUDITORIA E A GESTÃO EMPRESARIAL: O CASO DAS EMPRESAS DO
DISTRITO DE FARO

Declaração de Autoria de Trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

Maria Helena Sá Ferreira Lopes da Silva

© Copyright: Maria Helena Sá Ferreira Lopes da Silva.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Gostaria de dedicar este espaço para expressar o meu sincero agradecimento, a todas as pessoas, que contribuíram de maneira significativa para o meu percurso académico.

Em primeiro lugar, agradecer aos meus orientadores Professora Doutora Celísia Baptista e Professor Dr Fernando Marques, por me apoiarem na execução desta dissertação de mestrado, ajuda na construção da ideia e pelo tempo despendido ao longo deste processo.

Em segundo lugar, à Professora Doutora Daisy Vasconcelos, por não me deixar desistir durante todo este processo, que foi desgastante a nível mental, e por me auxiliar sempre que precisei, com este apoio adicional, sem o qual não teria conseguido terminar.

Em terceiro lugar, dedico este reconhecimento especial à minha querida amiga Sara, a minha melhor amiga desde o início do percurso universitário. Com o apoio constante e presença incansável, ajuda-me todos os dias a priorizar o meu bem-estar e acreditou em mim nos momentos mais desafiadores. A sua confiança e amizade foram pilares essenciais que me impulsionaram até à conclusão desta longa jornada académica. Agradeço por tudo que faz e por estar sempre ao meu lado, pronta para me apoiar.

Em especial, desejo expressar minha profunda gratidão à minha querida avó Fátima, uma presença singular nas nossas vidas. Ela personifica a união da nossa família, sendo o pilar que nos mantém unidos, e a cada dia, nos demonstra que o espírito do meu avô continua a viver em todos nós. A sua dedicação incansável, amor incondicional e constante preocupação com cada um de nós, enchem os nossos corações de calor e conforto. A sua presença é uma lembrança constante do valor da família e do cuidado uns com os outros. Agradeço do fundo do meu coração por todo o carinho e apoio que ela nos tem dado ao longo dos anos.

Às minhas irmãs, Margarida e Marta, como a irmã mais velha, senti sempre uma responsabilidade especial em ser uma guia, mas percebo que também sou uma eterna aprendiz com ambas. Marta, a tua capacidade de me ouvir e estar lá para mim em todos os momentos é verdadeiramente um dom precioso. A tua presença é uma fonte de conforto, e a tua prontidão em ajudar é uma bênção inestimável. A Margarida, por outro lado, tem uma sintonia única comigo, um entendimento profundo que transcende as palavras. Não há necessidade de explicações quando se trata de ti, és uma parte essencial do meu ser. Estivemos juntas em todas as fases da vida, nos altos e baixos, nos risos e nas lágrimas. Saber que tenho as duas ao meu lado, que posso contar convosco para apoiar, para partilhar e para simplesmente estar presente, é o maior tesouro que possuo. Sem vocês, a minha jornada não teria a mesma cor, a mesma alegria ou o mesmo significado. Obrigada por tudo o que são e por tudo o que representam na minha vida.

Aos meus queridos pais, Helena e António, é uma tarefa difícil expressar em poucas palavras o quanto fazem por mim e pelas minhas irmãs ao longo de toda a nossa vida. O vosso amor é incondicional e palpável em cada gesto, em cada palavra, em cada sacrifício feito em prol do nosso bem-estar e sucesso. Mãe, a tua crença inabalável em mim, a tua determinação em nunca deixar que eu desista e a tua habilidade extraordinária em encontrar soluções para qualquer desafio que enfrentamos são fontes de inspiração diária. O teu amor e dedicação incansáveis, que se refletem em tudo o que fazes por nós, são um presente que nunca poderei agradecer o suficiente. Pai, sempre foste a minha voz da razão, a minha luz nos momentos mais escuros, a minha fonte inesgotável de confiança e a minha calma constante no meio à tempestade.

A tua orientação e incentivo constantes lembram-me constantemente a importância de ser a melhor versão de mim, tendo-vos a vocês como exemplo e, por isso, sou eternamente grata. A ambos, quero expressar minha profunda gratidão por tudo o que tenho na vida. Sei que sem o amor, o apoio e a orientação que me dão, nada do que alcancei até hoje seria possível. Obrigada parece uma palavra pequena demais para abranger a imensidão do meu apreço por tudo o que vocês representam para mim.

RESUMO

A gestão empresarial eficaz é vital para o bom funcionamento de qualquer organização, requerendo a utilização eficiente de recursos materiais, financeiros, humanos e tecnológicos. Esta investigação concentrou-se nas áreas cruciais da gestão financeira e fiscal, reconhecendo a sua importância para o sucesso e sustentabilidade das empresas. A gestão financeira é crucial para o planeamento e orçamento, identificando falhas e fornecendo uma base financeira sólida. Paralelamente, a gestão fiscal envolve a análise e gestão das obrigações tributárias, otimizando os pagamentos de impostos e maximizando a eficiência.

A Certificação Legal de Contas e o processo de auditoria, desempenham um papel fundamental, oferecendo uma avaliação independente e criteriosa das demonstrações financeiras, garantindo conformidade com normas e regulamentos contabilísticos e fiscais. Esta investigação tem como objetivo principal analisar como é que as empresas no distrito de Faro, utilizam os resultados da auditoria anual para apoiar a gestão empresarial no ano seguinte, abordando o controlo interno, gestão financeira, orçamentação e gestão fiscal, prevenindo fraudes e evasão fiscal.

A metodologia utilizada combinou elementos exploratórios, qualitativos e quantitativos, com início na pesquisa bibliográfica e documental. Posteriormente, aplicou-se um inquérito por questionário a duzentas empresas no distrito de Faro, combinando a análise estatística e de conteúdo para avaliar a perceção e práticas das empresas em relação à auditoria, gestão financeira e conformidade fiscal.

Os resultados indicam uma tendência positiva na utilização dos contributos dos auditores, destacando a auditoria como ferramenta para aprimorar o relato financeiro, garantir conformidade fiscal e promover a melhoria contínua. A procura pela credibilidade foi destacada, refletindo a importância de estar em conformidade com as leis fiscais e regulamentos aplicáveis. Além disso, os resultados obtidos ressaltam a necessidade de futuras investigações, incluindo a implementação de avaliação de desempenho quantitativo e a análise das variáveis que influenciam os resultados dessa avaliação.

Palavras-chave: Gestão empresarial, auditoria, auditoria financeira, gestão financeira, gestão fiscal, certificação legal de contas, conformidade fiscal.

ABSTRACT

Effective business management is vital for the smooth operation of any organization, requiring efficient utilization of material, financial, human, and technological resources. This research focused on crucial areas of financial and fiscal management, acknowledging their importance for the success and sustainability of businesses. Financial management is critical for planning and budgeting, identifying flaws, and providing a solid financial foundation. Concurrently, fiscal management involves analyzing and managing tax obligations, optimizing tax payments, and maximizing efficiency.

The Legal Certification of Accounts and the audit report play a fundamental role, offering an independent and judicious assessment of financial statements, and ensuring compliance with accounting and tax regulations. This research aims to analyze how companies in the Faro district utilize the annual audit results to support business management the following year, addressing internal control, financial management, budgeting, and fiscal management to prevent fraud and tax evasion.

The methodology used combined exploratory, qualitative, and quantitative elements, starting with a literature review and document analysis. Subsequently, a questionnaire survey was administered to two hundred companies in the Faro district, combining statistical and content analysis to assess companies' perceptions and practices regarding auditing, financial management, and tax compliance.

The results indicate a positive tendency in the use of auditor contributions, highlighting auditing as a tool to enhance financial reporting, ensure tax compliance, and promote continuous improvement. The pursuit of credibility was emphasized, reflecting the importance of complying with tax laws and applicable regulations. Furthermore, the results obtained highlight the need for future investigations, including the implementation of quantitative performance assessment and the analysis of variables that influence the results of this assessment.

Keywords: Business management, audit, finance audit, financial management, fiscal management, statutory audit, tax compliance.

Índice geral

Agradecimentos	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
Índice geral	vi
Índice de tabelas	viii
Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas	ix
1. Introdução	1
2. Revisão da literatura	7
2.1. Auditoria financeira: conceito, importância e a legislação atual	7
2.1.1. O conceito de auditoria e a sua importância	7
2.1.2. Legislação.....	13
2.2. A gestão financeira e fiscal e a sua importância na gestão de uma organização	15
2.2.1. Gestão financeira.....	16
2.2.2. Gestão fiscal	18
2.2.3. Controlo Interno	20
2.2.4. Fraude, evasão fiscal e branqueamento de capitais.....	22
3. Metodologia de investigação	24
3.1. Estruturação da investigação.....	24
3.2. Procedimentos Metodológicos.....	27
3.3. Tratamento e análise dos dados	29
4. Resultados e discussão	31
4.1. Caracterização da amostra	31
4.2. Caracterização das empresas que fazem CLC.....	43
4.3. Análise de conteúdo.....	46
4.3.1. Consideração de recomendações de revisões de contas anteriores	47

4.3.2.	Melhoria contínua e correção de erros.....	48
4.3.3.	Falta de atenção interna.....	51
4.4.	Utilização de recomendações de auditores na gestão.....	53
4.4.1.	Influência positiva da auditoria na gestão.....	54
4.4.2.	Influência na conformidade fiscal.....	57
5.	Conclusão.....	61
	Referências Bibliográficas.....	66
	Apêndice 1 - Questionário.....	70

Índice de tabelas

Tabela 3.1 - Categorias de análise e unidades de registo	30
Tabela 4.1 - Localização das empresas analisadas	33
Tabela 4.2 - Género	33
Tabela 4.3 - Faixa etária	34
Tabela 4.4 - Habilitações literárias	35
Tabela 4.5 - Função na empresa	35
Tabela 4.6 - Tempo de experiência na função exercida	36
Tabela 4.7 - Classificação da empresa	38
Tabela 4.8 - Número de funcionários	38
Tabela 4.9 - Setor de atividade	39
Tabela 4.10 - Tipologia da empresa	40
Tabela 4.11 - Opção por realizar planeamento fiscal anual	40
Tabela 4.12 - Importância do planeamento fiscal anual	41
Tabela 4.13- Obrigação de CLC	43
Tabela 4.14 - Tipologia das empresas que fazem a CLC	44
Tabela 4.15 - Classificação das empresas que fazem a CLC	44
Tabela 4.16 - Planeamento fiscal I	44
Tabela 4.17 - Planeamento fiscal II	45
Tabela 4.18 - Categorias e subcategorias de análise	46

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AT – Autoridade Tributária

CLC – Certificação Legal de Contas

COSO – *Comitte of Sponsoring Organisations of the Treadway Comission*

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DL – Decreto Lei

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IFAC – *International Federation of Accountants*

IIA – *Institute of Internal Auditor*

ISA – *Internacional Standards of Auditing*

PME – Pequena e Média Empresa

RA – Risco de Auditoria

RD – Risco de Detecção

RDM – Risco de Distorção Material

SABI – Base de dados da *Bureau van Dijk - Moody's Analytics Company*

1. Introdução

O processo de gestão empresarial é fundamental para o bom funcionamento de uma empresa. Para que este seja eficaz, um gestor tem de saber usar todos os recursos disponíveis - materiais, financeiros, humanos e tecnológicos - da melhor forma possível. Para tal, a empresa deve ter um plano estratégico ligado aos seus resultados financeiros e fiscais, desta forma quando há uma mudança no ambiente externo os gestores devem ser capazes de se adaptar, e, desta forma, ter o desempenho esperado pelos seus sócios e acionistas.

Dentro do complexo universo da gestão empresarial, há uma diversidade de áreas cruciais nas quais os gestores devem estar inteirados, para o contexto na nossa investigação, concentramos o nosso foco, na gestão financeira e fiscal, duas esferas vitais para o sucesso e sustentabilidade de qualquer organização.

É fundamental ressaltar a importância da gestão financeira, pois, devido ao seu uso correto, conseguimos fazer o planeamento e orçamentar devidamente o futuro da empresa, além de identificar possíveis falhas que poderão estar a acontecer na empresa, a gestão financeira também consegue corrigi-las. Conforme mencionado, por Vasile e Croitoru (2020), a informação financeira possui utilidade tanto para a gestão interna quanto para agentes externos (e.g. clientes, fornecedores, credores, bancos e investidores), o que desempenha um papel crucial na tomada de decisões financeiras e de gestão, e igualmente no desenvolvimento do negócio. Atualmente, a procura de informações financeira relevante e precisas é cada vez mais rigorosa e em constante desenvolvimento, e por isso o acesso à informação relevante é muitas vezes dificultado por declarações incorretas. Assim, as demonstrações financeiras devem refletir de forma precisa e imparcial todos os elementos nela presente.

A gestão financeira inicia-se com uma análise minuciosa das finanças da empresa, utilizando uma vasta lista de rácios financeiros que traduzem o seu desempenho económico. Estes indicadores fornecem contributos valiosos sobre a saúde financeira da empresa, permitindo avaliar eficazmente o seu desempenho e identificar áreas que necessitam de melhoria. Este aspeto da gestão financeira, é fundamental, pois uma base financeira sólida é o pilar fundamental para o sucesso de qualquer empresa (Ferreira & Silva, 2018).

Por outro lado, a gestão fiscal assume um papel igualmente crucial. Consiste na análise e gestão das obrigações tributárias da empresa, garantindo a sua conformidade rigorosa com a legislação fiscal aplicável e em vigor. Esta análise detalhada e gestão cuidadosa das obrigações fiscais são vitais para evitar quaisquer não cumprimento das obrigações fiscais ou a receção de

penalidades tributárias indesejadas. Além disso, procura otimizar o pagamento de impostos, uma estratégia fundamental para maximizar a rentabilidade e a eficiência da empresa.

Portanto, estas duas esferas, a gestão financeira e fiscal, representam bases cruciais para a eficiência e eficácia operacional de uma empresa. A análise financeira proporciona a visão interna necessária, enquanto a gestão fiscal garante a adesão às regras tributárias, contribuindo para uma operação bem-sucedida e sustentável. Integrar efetivamente estas dimensões na gestão empresarial é vital para alcançar o sucesso a longo prazo. Note-se que, para que as empresas tenham a certeza desta visão, utiliza-se a auditoria.

Com a evolução da economia mundial e o crescimento das trocas comerciais, cada vez mais há uma necessidade que as empresas apresentem informações financeiras mais fidedignas e homogêneas, para que, desta maneira, seja possível a comparação dos resultados financeiros no mercado empresarial que estão inseridas.

Assim, é importante que quem prepara as demonstrações financeiras, esteja ciente da sua responsabilidade em apresentá-las, uma vez que a partir destas será iniciado o processo de auditoria, compreendida como um mecanismo de verificação e análise dos resultados financeiros de uma empresa, cujo seu objetivo é aumentar o grau de confiança dos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras, (ISA 200, § A3-A5). Cumpre destacar que quão mais corretas forem apuradas as informações financeiras, melhor e mais ágil será o processo de auditoria.

Importa referir que existem Normas Internacionais de Auditoria (ISA – *International Standards of Auditing*), que são várias regras elaboradas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) para que os processos de auditoria sejam unificados em todo o mundo.

Em Portugal a auditoria tem sofrido melhorias e adaptações às novas realidades, devido à necessidade sentida por parte do crescimento económico existente e a evolução das empresas. Assim, de acordo com a legislação portuguesa em vigor, o Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de setembro. Código das Sociedades Comerciais (CSC), apenas as sociedades anónimas (DL 262/86, Artigo 413), sociedades gestoras de participações sociais, sociedade por quotas que requerem um Conselho Fiscal (DL 262/86, Artigo 262) e as sociedades por quotas que ultrapassem os limites definidos no artigo 262 do CSC estão obrigadas à certificação legal de contas, e, desta forma, ter que realizar uma auditoria todos os anos. Todas as outras empresas podem realizar auditorias, com o intuito de terem um relatório de auditoria, no entanto não é um processo obrigatório (DL 262/86 de 2 de setembro na redação atual).

Na vasta diversidade das empresas portuguesas, ao realizarmos um recorte da realidade do país, vemos que no distrito de Faro encontramos uma ampla variedade de empresas

representando diferentes setores, como comércio, serviços, indústria, agricultura, turismo, entre outras. Algumas destas empresas, independentemente do setor, mas a depender da sua dimensão, têm a obrigação de realizar anualmente a certificação legal de contas (CLC).

A CLC é um procedimento de extrema relevância, para as empresas, pois desempenha um papel fundamental, na qual é emitido uma opinião independente e criteriosa das demonstrações financeiras da empresa, garantindo a sua conformidade com as normas e regulamentos contabilísticos e fiscais aplicáveis e em vigor. Além disso, a CLC proporciona uma validação da veracidade e integridade das informações financeiras, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas e operacionais no decorrer dos anos seguintes (Costa, 2018).

Complementarmente, os resultados do processo de auditoria anual fornecem valiosas contribuições quanto à situação financeira da empresa. No entanto, é importante ressaltar que, não é função do processo de auditoria, emitir uma opinião direta sobre a saúde financeira da empresa, no entanto, durante o processo de auditoria poderá haver uma opinião quanto à existência de incerteza material em relação à continuidade do negócio, identificando áreas de melhoria e potenciais riscos. Estas informações são essenciais para a gestão empresarial, pois permitem uma compreensão mais clara do desempenho passado e presente da organização. Ao entenderem profundamente a área financeira e fiscal, da empresa, os gestores podem tomar decisões mais informadas e estratégicas, planejar o investimento, alocar recursos de maneira eficiente, mitigar riscos e estabelecer metas realistas e alcançáveis para o futuro. Assim, a CLC e o processo de auditoria, não apenas atende a requisitos legais, mas também se torna uma ferramenta valiosa para os gestores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e bem-sucedido das empresas, ao agregar transparência, confiança e rigor aos processos de relato financeiro e de tomada de decisão (Alves, 2015).

Face ao exposto, uma vez que nem todas as empresas são obrigadas a ter a CLC e auditoria anual, surge-nos uma reflexão relativamente à utilização dessas informações, e, desta reflexão, uma pergunta de investigação: as empresas que são obrigadas por lei a ter um parecer de uma sociedade de revisores oficiais de contas e por isso uma CLC, os resultados da auditoria anual são utilizados para as decisões da gestão empresarial dos anos seguintes?

Esta reflexão vem do facto de percebermos que se bem utilizados, os dados de uma auditoria podem ser de grande valor para a gestão dos anos seguintes.

Sendo assim o nosso objetivo principal é, analisar como as empresas do distrito de Faro utilizam os resultados da auditoria anual para apoio na gestão empresarial do ano seguinte, quer

seja a nível de controlo interno, gestão financeira, orçamentação, e gestão fiscal, prevenindo fraudes e evasão fiscal.

Para definirmos este objetivo, definimos as nossas metas específicas da seguinte maneira:

1. Apresentar os conceitos da auditoria, gestão financeira e gestão fiscal, controlo interno e evasão fiscal.
2. Analisar a legislação referente à auditoria;
3. Compreender como as empresas combatem à fraude e evasão fiscal, tendo ou não recurso às auditorias.
4. Perceber como o controlo interno de uma empresa tem impacto na sua auditoria.

Para alcançarmos uma compreensão abrangente do tema estudado, assumimos adotar uma metodologia de natureza mista, combinando elementos exploratórios, qualitativos e quantitativos. Iniciamos com uma pesquisa bibliográfica e documental, visando compreender as teorias, conceitos, práticas existentes e a legislação sobre auditoria, gestão empresarial, conformidade fiscal e outros tópicos relacionados. Esta análise proporcionou-nos uma base sólida para a nossa investigação, permitindo-nos contextualizar os dados recolhidos posteriormente.

Assim, para o desenvolvimento do nosso estudo, aplicámos um inquérito por questionário a duzentas empresas do distrito de Faro. Este questionário foi elaborado em duas secções, a primeira com questões estruturadas, com o objetivo de recolher dados numéricos, estatísticos e, também qualitativos, sobre a perceção e práticas das empresas em relação às recomendações de auditoria, gestão financeira e conformidade fiscal. Esses dados foram tratados com recursos ao software *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS, versão 28.1, e analisados através da estatística descritiva, que tem como objetivo principal descrever e resumir as características essenciais dos dados, fornecendo uma visão clara e concisa do padrão e da distribuição das variáveis em estudo. Através da análise destes dados, conseguimos identificar tendências, padrões e relações entre as variáveis investigadas.

Já a segunda secção do questionário é composta por questões estruturadas e três questões abertas, sendo essas últimas analisadas através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), uma abordagem metodológica que visa compreender e interpretar o significado subjacente aos dados textuais. Os seus objetivos principais são identificar padrões, temas e tendências emergentes nos dados, bem como explorar as relações e as conexões entre os elementos do conteúdo. Além disso, a análise de conteúdo busca oferecer uma compreensão

aprofundada das informações estudadas, fornecendo *insights* valiosos, tendo como base o material analisado. Em resumo, os seus objetivos centrais são extrair significados, estruturar informações e contribuir para a construção do conhecimento na área de estudo (Sampaio & Lycarião, 2021).

A integração de métodos quantitativos e qualitativos, na nossa metodologia fornece-nos uma visão abrangente sobre a influência da auditoria na gestão empresarial e na conformidade fiscal das empresas no distrito de Faro.

Estruturalmente esta dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução, neste ponto de partida, proporcionamos uma visão geral da investigação que se segue, apresentamos assim a sua essência fundamental, uma vez que traça as linhas iniciais do nosso percurso de investigação. Começamos por apresentar o tema central - a auditoria, que se ergue como um pilar incontornável na gestão empresarial. Essencialmente, apresentamos as motivações que nos levaram a abordar este tema, a pergunta de partida que guiou a nossa investigação, os objetivos que visamos alcançar e o caminho percorrido para a sua realização.

No capítulo dois, fazemos a revisão da literatura, avançando para a base da nossa revisão bibliográfica, neste ponto abordamos nas teorias, conceitos e investigações previamente realizadas e relacionadas com a auditoria, gestão financeira, gestão fiscal, controlo interno e evasão fiscal. Cada tópico é cuidadosamente explorado, analisando assim as práticas atuais e os desenvolvimentos recentes. Esta revisão estabelece as bases para as escolhas metodológicas que faremos no próximo capítulo.

O terceiro capítulo, Metodologia de investigação, é uma componente crucial e indispensável no conjunto da nossa investigação. É onde explicamos detalhadamente a nossa metodologia de investigação. Detalhamos o plano da nossa investigação, os métodos utilizados para a recolha e análise de dados, e a forma como planeamos abordar as questões de investigação. Esta secção é crucial para garantir a validade e a credibilidade da nossa investigação.

No quarto capítulo apresentamos os resultados e discussão, ou seja, é o epicentro da nossa investigação, onde revelamos e interpretamos os resultados da nossa análise. Estes resultados são a resposta às perguntas que nos motivaram desde o início. Analisamos as informações obtidas, destacando assim as possíveis, descobertas mais relevantes e as implicações para a gestão empresarial e fiscal. Aqui, não apenas apresentamos dados, mas interpretamos e relacionamos com o contexto teórico delineado na revisão da literatura. Esta análise aprofundada amplia nossa compreensão e conduz à última etapa da nossa investigação.

Em último lugar apresentamos o quinto capítulo, a conclusão, é o momento de consolidar a nossa investigação. Sumarizamos as descobertas e relações mais importantes da nossa investigação e ligamos ao propósito inicial da pesquisa. Respondemos à pergunta de partida, avaliamos se os objetivos foram atingidos e discutimos a relevância e as limitações do nosso trabalho. Este é o capítulo que encerra a nossa narrativa, mas que também abre portas para futuras explorações no vasto campo da fiscalidade e da gestão.

É importante ressaltar que esta investigação não esgota a vasta temática em questão, mas sim oferece uma contribuição significativa para a comunidade académica e empresarial. Ao explorar a utilização da auditoria na gestão financeira e fiscal, esperamos fornecer *insights* importantes que possam informar e enriquecer práticas, decisões e futuras investigações neste domínio. Dessa forma, a presente dissertação se insere num contexto mais amplo de produção de conhecimento, não apenas expande a compreensão sobre auditoria, mas também promove avanços tangíveis que beneficiam tanto o meio académico, quanto ao setor empresarial.

2. Revisão da literatura

2.1. Auditoria financeira: conceito, importância e a legislação atual

2.1.1. . O conceito de auditoria e a sua importância

Neste capítulo iremos abordar as temáticas mais relevantes para o trabalho, começaremos pelo conceito e a importância da auditoria.

Atualmente a maior parte das grandes e médias empresas passam por um processo de auditoria, se não forem as obrigatórias serão as auditorias internas, pois apenas assim poder-se-á realmente saber o desempenho da empresa.

Isto, porque segundo Costa (2018, p. 58), “uma auditoria destina-se a verificar, de uma forma sistemática, a conformidade e o cumprimento dos procedimentos adoptados e seguidos nas diversas áreas organizacionais de uma entidade como os respectivos regulamentos, critérios, leis, regras, políticas, etc. quer internos, quer externos nos encontrem estabelecidos e aprovados”.

Em complemento, Alves (2015, p. 33) afirma que:

Por auditoria pode entender-se o processo de acumulação e avaliação de prova sobre certa matéria para determinar e relatar sobre o grau de correspondência entre essa matéria e os critérios estabelecidos para a mesma. Essa matéria pode, de entre outras, revestir a forma de informação financeira ou não financeira, procedimentos, conduta das operações, resultados das operações, ou o cumprimento das leis, regulamentos e ordens.

Entretanto, nem sempre a auditoria foi vista da mesma forma. Nos seus estudos, Costa (2018) verificou que os primeiros escritos sobre o conceito de auditoria datam por volta do século XIX, por exemplo, Pixley (1881, citado por Chambers, 1995, p. 75) afirmava que “*An audit, to be effectual, that is to enable the auditor to certify as to the accuracy of the accounts presented, may for practical purposes be divided into three parts, namely, to guard against (1) errors of omission; (2) errors of commission; and (3) errors of principle*”¹.

Anos mais tarde, em 1887, Bourne (citado por Chambers, 1995, p. 75) ao dissertar sobre o objeto da auditoria, afirmava que “*The object of an audit is a two-fold one, the detection of fraud where it has been committed, and its prevention by imposing such safeguards and*

¹ Tradução da autora: Uma auditoria, para ser eficaz, ou seja, para permitir que o auditor certifique a precisão das contas apresentadas, pode, para fins práticos, ser dividida em três partes, a saber, para proteger contra (1) erros de omissão; (2) erros de comissão; e (3) erros de princípio.

devising such means as will make it extremely difficult of accomplishment, even if the inclination is in that direction²”.

Com o passar dos anos, já no século XX, começa a perceber-se novos objetivos para a auditoria. Neste aspeto, Stub (1904, citado por Chambers, 1995, p. 75) atualizou e escreveu sobre o conceito de auditoria, qual seja, *“The object of the auditor should be, in the main, threefold: (1) detection of fraud, (2) discovery of errors of principle, (3) verification of the mechanical accuracy of the accounts³”*

Vimos que mesmo apresentando conceitos diferentes para a auditoria, todos os autores citados têm em comum a ideia de que a auditoria era a deteção de fraudes e descoberta de erros, um dos objetivos que permanece até os dias de hoje.

Nesse sentido, Costa (2018) mostra que foi somente a partir de 1912, que teve início a ampliação das ações de auditoria. O autor afirma que Montgomery (1912, citado por Costa, 2018, p. 59) foi o primeiro a dizer que a auditoria “era averiguar as reais condições financeiras e de rendimentos da empresa”.

E foi a partir daí que se começou a olhar para a auditoria como um processo de expressar opinião e avaliar as demonstrações financeiras. Atualmente o conceito de auditoria foi revisto através da ISA 200, que refere o “objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras” (IFAC, 2018, citado por Costa, 2018, p. 60).

Também é importante destacar o conceito de auditoria firmado pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro. No artigo 42.º é mencionado:

A atividade de auditoria às contas integra os exames e outros serviços relacionados com as contas de empresas ou de outras entidades efetuados de acordo com as normas internacionais de auditoria e normas internacionais de controlo de qualidade e outras normas conexas, na medida em que sejam relevantes para a revisão legal de contas compreendendo:

- a) A revisão legal das contas, exercida em cumprimento de disposição legal ou estatutária;
- b) A revisão voluntária de contas, exercida em cumprimento de vinculação contratual;
- c) Os serviços relacionados com os referidos nas alíneas anteriores, quando tenham uma finalidade ou um âmbito específicos ou limitados.

² Tradução da autora: O objetivo de uma auditoria é duplo, a deteção de fraude quando ela ocorreu e a sua prevenção mediante a imposição de salvaguardas e a conceção de meios que tornem a sua concretização extremamente difícil, mesmo que a inclinação seja nesse sentido.

³ Tradução da autora: O objetivo do auditor deve ser, principalmente, triplo: (1) deteção de fraude, (2) descoberta de erros de princípio, (3) verificação da precisão mecânica das contas.

Dentro desta temática é importante referir que em algumas situações é possível que haja alguma confusão entre os conceitos de auditoria e de uma certificação legal de contas (CLC). Contudo, o próprio conceito da CLC mostra que esta é um documento de certificação, que fornece credibilidade e atesta a adoção dos princípios contabilísticos e das normas contabilísticas corretas, podendo ser apresentada de várias formas, com ou sem reservas, dependendo das situações analisadas pelo revisor oficial de contas (Silva & Aleixo, 2019). Assim sendo, podemos verificar que a CLC, é diferente da auditoria, uma vez que esta última não tem como objetivo emitir uma opinião, mas sim aumentar o grau de confiança.

Cumprе sublinhar que qualquer que seja a situação, um auditor precisa passar confiança e garantia das demonstrações financeiras, para que seja fiável que estas se encontrem sem erros e fraudes. Importa sublinhar que as empresas esperam sempre de um auditor um padrão elevado de trabalho, e para isto a auditoria precisa de ser eficaz e eficiente (Newman, Muzvuwe & Stephen, 2021).

Deste modo, tendo em vista estes dois aspetos são importantes para que a auditoria seja credível e com um elevado grau de confiança, cumprе referir que um processo de auditoria se executa em vários passos, dos quais destacam-se: a materialidade, o risco de auditoria e a prova de auditoria. (Costa,2018). A materialidade, em particular, é definida em parte na (ISA 320, § A1-A6). – Materialidade no planeamento e na realização execução de uma auditoria:

O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor tanto no planeamento e execução da auditoria como na avaliação do efeito de distorções identificadas na auditoria e de distorções não corrigidas, se existirem, nas demonstrações financeiras e na formação da opinião expressa no relatório do auditor (Ref: Parágrafo A1). [...] Para efeito das ISA, a materialidade de execução significa a quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores à materialidade estabelecida para as demonstrações financeiras como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções não corrigidas e não detectadas agregadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Se aplicável, a materialidade de execução refere-se também à quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores ao nível ou níveis de materialidade, para classes particulares de transacções, saldos de contas ou divulgações (IFAC, 2018, p. 317-318).

Com esta ISA podemos então entender que a materialidade são os valores estabelecidos pelo auditor quando faz revisão das demonstrações financeiras, e como estes dependem do julgamento profissional, em muitas vezes podem distorcer de auditor para auditor (Chong, 2015).

Adicionalmente na ISA 320, é referido que os referenciais de relato financeiro discutem frequentemente o conceito de materialidade, que se refere à importância das distorções nas

demonstrações financeiras e na influência das decisões econômicas dos utilizadores. Estas distorções são consideradas materiais se esperarem impactar as escolhas dos utilizadores. Os julgamentos sobre a materialidade levam em conta a natureza e a magnitude das distorções, considerando as necessidades comuns das informações financeiras dos usuários. Os auditores utilizam este conceito ao planejar e executar a auditoria, avaliando o efeito das distorções na opinião final. (ISA 320, § A4-A7)

Depois de definido o conceito de materialidade, percebermos que esta é variável, a depender do julgamento profissional do auditor, e que existe para reduzir o risco de auditoria, como veremos em seguida.

O risco de auditoria (RA) é uma medida que leva em consideração tanto o risco de distorção material (RDM), quanto o risco de detecção (RD). Ele representa a probabilidade de o auditor cometer um equívoco ao emitir a sua opinião sobre as demonstrações financeiras, que podem resultar de erros inadvertidos ou de fraudes intencionais por parte da empresa. Por outro lado, a RDM está associada à chance de que as demonstrações estejam significativamente distorcidas, enquanto o RD diz respeito à possibilidade de o auditor não identificar essas distorções durante os procedimentos e testes (Costa, 2018).

Note-se que a relação inversa entre o risco de auditoria e a materialidade é um conceito importante. A materialidade é o limite estabelecido pelo auditor para determinar se uma distorção é significativa o suficiente para impactar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras. Portanto, quanto maior for o nível de materialidade definido pelo auditor, menos provável serão as distorções consideradas materialmente relevantes (Costa, 2018).

Essa relação inversa significa que, à medida que o nível de materialidade aumenta, o risco de auditoria tende a diminuir. Isso ocorre porque um nível de materialidade mais alto implica que apenas distorções significativas, aquelas que ultrapassam o limite de materialidade, terão o potencial de afetar a opinião do auditor. Portanto, o auditor pode concentrar-se em áreas de maior risco e deixando as áreas com menos risco para uma análise menos detalhada (Costa, 2018).

No entanto, é importante notar que a definição do nível de materialidade não é uma decisão arbitrária, esta depende da natureza da empresa, das circunstâncias do ambiente de negócios e das expectativas dos utilizadores das demonstrações financeiras. Além disso, ao fazer o planejamento de auditoria e na execução dos procedimentos de auditoria, o auditor deve levar em consideração a interação entre o risco de auditoria e a materialidade. Isso ajuda a garantir que o auditor esteja focado nas áreas mais críticas e que o risco de auditoria seja gerido de forma eficaz durante todo o processo de auditoria (Costa, 2018).

A prova de auditoria é retratada na ISA 500 - *Audit Evidence*, na qual é explicado o seu conceito. A prova de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para chegar a conclusões nas quais se baseia o parecer de auditoria, e incluem informações contidas nos registos contabilísticos e outras provas de apoio (ISA 500, § A28-A52). Neste sentido, para assegurar um nível satisfatório de confiança, o auditor deve provas de auditoria suficientes e adequadas, com o intuito de diminuir o risco de auditoria a uma escala apropriadamente mais baixo, possibilitando assim ao auditor tirar conclusões fundamentadas que sustentem a sua opinião. (ISA 500, § A28-A52)

Como já referido, nem todas as empresas são obrigadas por lei a ter as contas certificadas e por isso nem todas elaboram auditorias, no entanto existe sempre uma vantagem e importância para tal, independentemente do porte ou do setor da organização.

Em primeiro lugar, a realização de auditorias proporciona uma avaliação independente e objetiva da integridade e precisão das informações contabilísticas. Isto não apenas aumenta a confiança dos *stakeholders* externos, como investidores e credores. Através da opinião emitida pelos auditores, dizendo ou não se existe pressupostos para a continuidade da empresa, os utilizadores das demonstrações financeiras e os responsáveis pela gestão, poderão ter uma visão clara e transparente da saúde financeira da empresa. Além disso, a auditoria pode identificar possíveis áreas de melhoria nos processos internos de controlo e na gestão corporativa da organização, contribuindo para aprimorar a eficiência operacional e mitigar riscos (Taborda, 2015).

Outro ponto relevante é que a auditoria desempenha um papel fundamental na deteção e prevenção de fraudes e irregularidades. Ao analisar minuciosamente os registos contabilísticos e os procedimentos financeiros, os auditores podem identificar discrepâncias e práticas inadequadas, proporcionando à empresa a oportunidade de corrigi-las antes que resultem em consequências prejudiciais ou fraudes fiscais (Costa, 2018).

Ademais, a realização de auditorias está alinhada com boas práticas da gestão, e demonstra um compromisso sério com a transparência e a responsabilidade perante o mercado e a sociedade em geral. Isso fortalece a reputação da empresa e a posiciona como uma organização confiável e ética, o que pode ser um diferencial competitivo significativo no mundo dos negócios.

Portanto, mesmo que a elaboração de auditorias não seja uma obrigação para todas as empresas, a sua implementação representa uma valiosa ferramenta para aprimorar a gestão financeira, promover a confiança dos *stakeholders* e manter uma postura de integridade e transparência no ambiente corporativo (Taborda, 2015).

Adicionalmente, as empresas também podem elaborar auditorias internas de forma a adicionar valor à empresa, pois sendo a auditoria interna mais um mecanismo que avalia os processos e a forma como os objetivos pretendidos estão a ser trabalhados, por consequência acrescenta credibilidade e reconhecimento à organização. Isto, porque a auditoria interna ajuda a organização a cumprir as metas anuais propostas pela entidade (e.g. os objetivos financeiros), a auditoria interna também ajuda a que os processos sejam mais sistematizados (Simovic & Perovic, 2018).

O *Institute of Internal Auditors* – IIA (Global Foundation for Internal Audit | Internal Audit Foundation, n.d.), é uma organização internacional que representa os profissionais de auditoria interna, com a missão de liderar, educar e dar apoio no avanço da profissão de auditor interno, esta entidade estabelece padrões e práticas recomendadas para a auditoria interna. Segundo esta instituição a auditoria é uma atividade independente e imparcial cujo principal objetivo é melhorar a organização, melhorando a eficiência a eficácia, a gestão dos resultados e auxiliar no cumprimento dos objetivos, a atividade de auditoria interna é conduzida de maneira estruturada e sistemática, com o propósito de avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gestão e controlo organizacional. Essa abordagem é baseada em normas e procedimentos estabelecidos, garantindo a imparcialidade e independência dos auditores internos durante o processo de avaliação. O objetivo fundamental é identificar possíveis lacunas, vulnerabilidades ou ineficiências nos sistemas de governança, gestão de riscos e controlos internos da organização, fornecendo recomendações acionáveis para melhorias contínuas. *Internal Auditing Learning* | The IIA. (n.d.)

A auditoria interna é, portanto, um controlo que ajuda a assegurar a realização dos objetivos de uma organização através da medição e avaliação da eficácia de outros controlos. Os auditores internos utilizam uma variedade de controlos adicionais, bem como a auditoria interna para monitorizar o desempenho de uma instituição.

O auditor interno, sujeito a tantas questões diferentes a níveis financeiros e de controlo interno e operacional, tem que ser capaz de proporcionar e regulamentar diferentes protocolos e auditar os requisitos da organização, de modo que sejam cumpridas todas as políticas financeiras e operacionais da empresa (Ege, Seidel, Sterin & Wood, 2022).

Este processo é fundamental para que os relatos financeiros sejam considerados verídicos e que traduzam a situação real da instituição. Nas instituições obrigadas a tal, este processo traduz-se numa certificação legal de contas (Marques, Magalhães & Gonçalves, 2019).

Importa referir que, atualmente, os investidores e os legisladores estão cada vez mais preocupados com a qualidade dos reportes financeiros devido a erros de auditoria e contabilidade. Destes, podemos destacar o escândalo financeiro da empresa americana *Enron* que usou várias empresas falsas para financiar e gerir os riscos associados a ativos específicos, criando assim várias fraudes fiscais e contabilísticas. Um caso importante no mundo empresarial e de escândalo financeiro, foi o caso da empresa *Lehman Brothers*, que pediu falência em 2008, grande parte devido às práticas pouco éticas exercidas pelo *Chief Executive Officer - CEO, Richard Severin Fuld*, mas também pela crise financeira. A empresa foi acusada de ter os títulos altamente inflacionados, não representando o valor real. É relevante destacar que esta prática, era comum em empresas do mesmo ramo, mas o problema com a empresa em questão, foi o facto de eliminar ativos do seu balanço, apresentando, assim, melhores resultados, mas falsos (Marques, Magalhães & Gonçalves, 2019).

Em conclusão, a auditoria é fundamental para que a organização transmita fiabilidade para todos os interessados nas demonstrações financeiras. Para isto o trabalho começa na organização, tendo o cuidado por não cometer erros ou fraudes nos seus registos contabilísticos e fiscais, depois deverá haver um controlo interno que assegure que todos estes processos estão operacionais e sem falhas, para numa fase final começar efetivamente o trabalho de um auditor, que fará a auditoria à instituição, passando por todas as fases anteriormente mencionadas.

Nesse subcapítulo abordámos o conceito e a importância da auditoria, destacamos a sua significativa relevância para as empresas, desempenhando um papel crucial na assecuração da integridade e precisão das informações contabilísticas.

2.1.2. Legislação

No ponto seguinte, iremos discutir a legislação atual relacionada com a auditoria em Portugal. Esta legislação exerce um papel fundamental na regulamentação e supervisão das práticas de auditoria, garantindo a sua conformidade com as normas e padrões estabelecidos. Esta secção explorará as principais leis e regulamentos que influenciam a auditoria no contexto nacional

A legislação desempenha um papel crucial na regulação e supervisão das práticas de auditoria em Portugal, garantindo a conformidade com normas e padrões rigorosos. O principal marco regulatório que rege a atividade de auditoria é o "Regime Jurídico da Auditoria", estabelecido pelo Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro. Esta lei, complementado por regulamentos específicos e circulares da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

(CMVM), estabelece os princípios e as diretrizes fundamentais para a condução de auditorias no nosso país (Lei nº 99-A/2021 de 31 de dezembro).

Um dos aspetos a realçar nesta questão é a determinação da obrigatoriedade da auditoria para empresas de determinadas dimensões e setores. Conforme estipulado pelo código das sociedades comerciais, as sociedades anónimas, sociedades por quotas e outras entidades legalmente obrigadas devem realizar auditorias anuais das suas demonstrações financeiras. A obrigatoriedade da auditoria é uma medida destinada a assegurar a qualidade e a transparência das informações financeiras disponibilizadas ao público e aos investidores (Costa, 2018).

Além disso, Portugal rege-se pelas Normas Internacionais de Auditoria (ISA), alinhando-se com os padrões e as regras globalmente aceites estabelecidos pela *International Federation of Accountants*(IFAC). Este alinhamento promove a uniformidade e a consistência das práticas de auditoria em Portugal com as normas internacionais, melhorando assim a comparabilidade das informações financeiras das empresas nacionais em contextos internacionais.

Importa referir que a supervisão e a regulamentação da atividade de auditoria são atribuídas principalmente à CMVM, à ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), e, também, ao Instituto dos Auditores Internos de Portugal, no caso dos auditores internos. A CMVM, desempenha um papel essencial na supervisão das auditorias das empresas, garantindo que os auditores cumpram os padrões de qualidade e independência necessários. Já o Instituto dos Auditores Internos de Portugal, por sua vez, atua como um organismo profissional de regulação que estabelece padrões éticos e de conduta para auditores internos. Esses padrões promovem a integridade e a excelência na profissão de auditoria interna, garantindo que os auditores internos operem com elevados padrões de ética e competência.

Além disso, a OROC, desempenha um papel fundamental na regulamentação da atividade de auditoria em Portugal, pois é responsável por conceder a qualificação de Revisores Oficiais de Contas (ROC), a profissionais que atendam aos requisitos estabelecidos, incluindo formação académica e experiência profissional. Os ROCs têm a responsabilidade de realizar auditorias em conformidade com os padrões estabelecidos, bem como contribuir para a qualidade e integridade das informações financeiras nas empresas. Em conjunto, a supervisão e regulamentação exercidas pelas entidades mencionadas, desempenham um papel crucial na manutenção da confiança no mercado financeiro português, assegurando a qualidade, transparência e integridade das auditorias realizadas no país (Lei nº 99-A/2021 de 31 de dezembro).

Em resumo, a legislação vigente em Portugal relacionada com a auditoria desempenha um papel fundamental na promoção da transparência, na proteção dos investidores e na garantia da qualidade das informações financeiras. O cumprimento dessas regulamentações é vital para as empresas e os auditores, uma vez que assegura a confiança nas demonstrações financeiras e fortalece a credibilidade do mercado financeiro nacional e internacional (Lei nº 99-A/2021 de 31 de dezembro)

No próximo subcapítulo, exploraremos a gestão financeira e fiscal, aspetos essenciais que desempenham um papel integral na administração global de uma organização. Ao compreendermos como esses elementos se entrelaçam com a legislação relacionada à auditoria, teremos uma visão mais abrangente sobre como garantir a transparência, proteger os interesses dos investidores e manter a qualidade das informações financeiras. Esta interconexão entre gestão financeira, fiscal e auditoria é crucial para o sucesso e sustentabilidade de qualquer empreendimento.

2.2. A gestão financeira e fiscal e a sua importância na gestão de uma organização

A gestão é essencial em qualquer organização, independentemente da sua dimensão ou setor de atividade esta envolve o planeamento, a organização e a coordenação dos recursos disponíveis - humanos, financeiros e materiais, para atingir os objetivos estabelecidos de forma eficaz e eficiente. Uma das principais funções da gestão é garantir que os recursos utilizados de forma adequada, a fim de maximizar o desempenho e a produtividade da organização (Teixeira, 2022).

Adicionalmente, a gestão fiscal refere-se ao controlo dos aspetos fiscais e tributários de uma organização, e está relacionada com a compreensão e aplicação da legislação fiscal, a procura de estratégias legais para minimizar a carga fiscal da empresa e evitar possíveis problemas fiscais ou tributários. Já a gestão financeira eficaz garante que a organização disponha de recursos suficientes para tomar decisões de investimento, mantém a sua saúde financeira e maximiza os seus lucros, que interligados promovem uma otimização da carga fiscal, o que reduz os custos operacionais e maximiza os lucros (Quinn, 2017).

Assim, a gestão, incluindo a gestão financeira e a gestão fiscal, desempenha um papel crucial na consecução dos objetivos organizacionais e no cumprimento das obrigações legais. É através de uma gestão eficaz que as empresas podem aumentar a sua competitividade,

promover um crescimento sustentável e alcançar o sucesso. No decorrer desta secção iremos aprofundar mais sobre cada uma delas.

2.2.1. Gestão financeira

A gestão financeira é um conjunto de práticas e estratégias utilizadas pelas empresas para administrar os seus recursos financeiros de maneira eficiente. Envolve o planeamento, controlo e análise das atividades financeiras, visando garantir a sustentabilidade e o crescimento do negócio. Esta disciplina abrange uma série de atividades, como o controlo de fluxo de caixa, elaboração de orçamentos, análise de investimentos e financiamentos, além da gestão de riscos financeiros. A gestão financeira também está diretamente relacionada à tomada de decisões, pois fornece informações cruciais para direcionar os recursos de forma estratégica, seja para expansão, redução de custos ou investimentos em novas oportunidades de mercado (Hill, Sauer & Howie, 2017).

A gestão financeira é uma das partes da gestão de uma organização, com várias preocupações, mas a principal foca-se na gestão eficaz dos fundos que a empresa detém (Paramasivan & Subramanian, 2009).

Dentro da gestão financeira iremos perceber de que forma esta influência a decisão de investimento e financiamento, bem como o impacto da fiscalidade das mesmas.

Cumprir referir que cada vez mais com as mudanças constantes na legislação tributária, e também pelo facto de esta muitas vezes ser ambígua e subjetiva, é importante que as empresas sejam capazes de tomar decisões para conseguir reduzir a sua carga tributária. Nesse sentido, a gestão financeira em conjunto com a gestão fiscal permite que a empresa consiga gerir os riscos e consiga ter uma posição mais estável, e, desta forma, também lhe garante vantagens competitivas, que a longo prazo são sempre importantes para a sobrevivência da empresa (Ivanchenkova, Stepanenko & Yevtushevska, 2022).

Com base em estudos recentes Araújo, (2009), vimos que a gestão financeira tem sido um elemento-chave no sucesso das empresas em Portugal, onde as decisões tomadas pelos gestores financeiros têm um impacto significativo no desempenho financeiro das empresas. Ou seja, a fiscalidade é um fator que influencia as decisões de gestão financeira. Note-se que a legislação fiscal em Portugal é complexa e em constante mudança, o que pode levar as empresas a tomar decisões financeiras diferentes para otimizar sua carga tributária. Por exemplo, um estudo de Vieira, Henriques e Neves (2018) investigou o impacto da tributação corporativa nos investimentos em Portugal e em outros países da União Europeia, e concluiu que a tributação tem um impacto negativo significativo nos investimentos. Já Dinis e Pereira (2019) analisaram

o impacto dos incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento nas empresas portuguesas, e descobriram que esses incentivos melhoram o desempenho da empresa.

Em resumo, esses estudos mostram que a fiscalidade é um fator importante na gestão financeira das empresas em Portugal e que a legislação fiscal em constante mudança pode afetar significativamente as decisões de gestão financeira das empresas.

Para as empresas, a gestão financeira desempenha um papel vital na sua saúde financeira e na busca pelo lucro sustentável. Ao adotar práticas eficazes de gestão financeira, as organizações conseguem manter o equilíbrio entre receitas e despesas, evitando desequilíbrios que possam levar a crises financeiras. Além disso, possibilita uma alocação mais inteligente dos recursos disponíveis, direcionando-os para áreas ou investimentos que promovam o crescimento e a competitividade no mercado. A gestão financeira também contribui para a transparência e a prestação de contas, aspetos cruciais para manter a confiança de *stakeholders*, como acionistas, colaboradores e clientes (Ferreira & Silva, 2018).

No contexto económico atual, é indiscutível que a gestão financeira desempenhe um papel fundamental como um dos pilares centrais para o êxito e a viabilidade contínua das empresas. A habilidade de uma organização em gerir eficazmente seus recursos financeiros, tomar decisões sólidas de investimento, controlar custos e otimizar o uso de seus ativos financeiros é um fator determinante para sua capacidade de prosperar no ambiente empresarial competitivo e dinâmico de hoje. Uma gestão financeira eficiente não apenas fortalece a posição financeira da empresa, mas também contribui para a construção de uma base sólida para o crescimento sustentável, a inovação e a adaptação às mudanças económicas (Porto & Moreira, 2021).

Em resumo, a gestão financeira é o alicerce sobre o qual se constrói o sucesso e a prosperidade das empresas no contexto económico atual. A capacidade de gerir eficazmente os recursos financeiros, tomar decisões financeiras sólidas e manter um controlo rigoroso sobre os aspetos monetários da operação empresarial é crucial para a estabilidade e o crescimento a longo prazo.

Em seguida, dentro do campo abrangente da gestão financeira, a gestão fiscal desempenha um papel de destaque, pois envolve a gestão estratégica dos impostos e das obrigações fiscais de uma organização. Nesta subsecção, exploraremos como as decisões fiscais estratégicas podem impactar significativamente a saúde financeira de uma empresa e como uma gestão fiscal eficiente pode otimizar a carga tributária, maximizar a conformidade legal e contribuir para o sucesso de uma organização.

2.2.2. Gestão fiscal

A gestão fiscal pode ser considerada, um processo estratégico que ocorre quando uma empresa utiliza o planejamento fiscal para otimizar a sua carga tributária, utilizando os recursos previstos na lei. Esta prática, quando acompanhada de uma postura não evasiva e não agressiva em relação às obrigações fiscais, pode não apenas ajudar a empresa a cumprir para as responsabilidades tributárias, mas também tornar-se um fator determinante para o sucesso organizacional. As decisões relacionadas à gestão fiscal geralmente são complexas e obrigam a uma análise cuidadosa, pois podem influenciar significativamente o panorama financeiro da empresa e, conseqüentemente, o papel e as decisões dos gestores (Pereira, 2023)

Note-se que é um conceito importante nos domínios da tributação e do planejamento fiscal, e tem sido recentemente reconhecido pela Autoridade Tributária (AT), bem como pelos profissionais na área da gestão, mais especificamente, a agressividade fiscal, que se refere a qualquer atividade que vise aumentar o rendimento líquido de uma empresa através da redução dos seus pagamentos de impostos, incluindo a elisão fiscal e a evasão fiscal (Clemente-Almendros & González-Cruz, 2022).

Além disso, a gestão fiscal desempenha um papel essencial na gestão financeira de uma organização, uma vez que tem um impacto direto sobre a rentabilidade e a saúde financeira geral. Conforme observado por Stoica (2015), um dos principais objetivos da gestão fiscal é calcular a rentabilidade necessária para garantir que os pagamentos de impostos possam ser efetuados de forma eficaz. Isso envolve a análise das obrigações fiscais da empresa e a criação de estratégias financeiras que permitam o cumprimento dessas obrigações sem comprometer a viabilidade do negócio.

É importante notar que, embora não existam princípios oficialmente estabelecidos da gestão fiscal, Stoica (2015) destaca que os princípios de gestão fiscal podem ser categorizados em dois grupos principais. O primeiro grupo consiste em princípios gerais que orientam a gestão fiscal como um todo. Estes princípios incluem a necessidade de manter registos financeiros precisos e atualizados, bem como a importância de aderir às leis fiscais e regulamentos governamentais aplicáveis. Além disso, a transparência nas práticas fiscais e o planejamento fiscal estratégico também fazem parte dos princípios gerais da gestão fiscal. O segundo grupo de princípios diz respeito a princípios mais específicos e relacionados às várias funções da gestão fiscal. Estes princípios podem incluir estratégias específicas de minimização de impostos, como o uso eficaz de deduções fiscais legais e incentivos fiscais, bem como a gestão eficaz de fluxo de caixa para garantir que os pagamentos fiscais sejam feitos de forma oportuna.

Neste contexto, é fundamental reconhecer a importância da gestão fiscal como um componente crítico da gestão financeira de uma organização. A sua eficácia não apenas assegura o cumprimento das obrigações fiscais, mas também pode contribuir para a redução da carga tributária e o uso mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

Cumprir referir que a gestão fiscal representa uma das funções mais cruciais no âmbito do departamento financeiro e fiscal de qualquer organização. Os gestores fiscais desempenham um papel multifacetado, que vai além de meramente cumprir obrigações fiscais. Eles supervisionam, concebem e controlam informações e processos relacionados com impostos, garantindo que a empresa esteja em conformidade com as regulamentações fiscais em constante evolução.

Uma das responsabilidades centrais da gestão fiscal é assegurar que a organização liquide a quantidade apropriada de impostos dentro dos prazos estabelecidos. Isso requer um conhecimento profundo das leis tributárias aplicáveis, bem como a capacidade de aplicar esse conhecimento para otimizar a melhor carga fiscal da empresa. Ao fazê-lo, os gestores fiscais desempenham um papel crítico na preservação dos recursos financeiros da empresa, melhorando assim a sua rentabilidade e solidez financeira.

Além disso, a gestão fiscal não é uma tarefa isolada esta envolve a colaboração com diversas partes interessadas dentro e fora da organização. A criação de uma função fiscal em conformidade requer a coordenação eficaz com departamentos internos, consultores fiscais externos e até mesmo com as autoridades fiscais. A comunicação transparente e o trabalho em equipa são fundamentais para garantir que todas as partes envolvidas compreendam as implicações fiscais das decisões empresariais e que a empresa esteja em conformidade com todas as obrigações fiscais. É importante ressaltar que a gestão fiscal não é uma atividade estática, pelo contrário, ela está em constante evolução devido às mudanças nas leis e regulamentos fiscais, bem como as dinâmicas do mercado e às estratégias de negócios em evolução.

Portanto, os gestores fiscais devem manter-se atualizados e adaptar-se às mudanças para garantir que a organização continue a cumprir as suas obrigações fiscais de maneira eficaz e eficiente. Em resumo, a gestão fiscal é um pilar fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de uma empresa. Além de cumprir as obrigações fiscais, ela desempenha um papel estratégico na preservação dos recursos financeiros e no apoio à tomada de decisões financeiras informadas. A colaboração e a adaptação contínuas são elementos essenciais para o sucesso da gestão fiscal em um ambiente empresarial dinâmico (Zhang, Husnain, Yang, Ullah, Abbas & Zhang, 2022)

Em conclusão, a gestão fiscal desempenha um papel crucial no sucesso e na rentabilidade de uma empresa. Quando utilizada de maneira adequada e em conformidade com a lei, pode otimizar a carga fiscal e contribuir para a sustentabilidade financeira da organização. É importante que os gestores adotem uma abordagem não evasiva e não agressiva, desta maneira cumprimento as obrigações fiscais sem recorrer a políticas ilícitas. A gestão fiscal envolve o planeamento, controlo e supervisão das informações e processos relacionados com os impostos, garantindo que os pagamentos sejam feitos de forma correta e devida. Além disso, é essencial promover a transparência e responsabilidade. Ao adotar uma gestão fiscal eficiente, as empresas podem alcançar maior estabilidade financeira, assegurando o cumprimento das suas obrigações fiscais e contribuindo para um ambiente de negócios saudável e sustentável.

Em resumo, a gestão fiscal é um componente crítico da gestão financeira de uma organização, desempenhando um papel central na preservação dos recursos financeiros, na otimização da carga tributária e na garantia do cumprimento das obrigações fiscais. No entanto, para garantir uma gestão fiscal eficaz, é essencial estabelecer robustos controlos internos. Nesta próxima subsecção, exploraremos a importância do controlo interno na gestão, examinando as práticas, os princípios e as estratégias que as organizações podem implementar para assegurar que as suas atividades fiscais sejam conduzidas de forma precisa, transparente e em conformidade com as leis tributárias em vigor.

2.2.3. Controlo Interno

Em 2013, O *Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission* (COSO) diz-nos que o controlo interno é um processo que afeta todos os colaboradores envolvidos e este conceito mostra-nos que este processo é afetado pelas ações e decisões dos indivíduos, e não apenas as políticas e manuais da empresa. Esta definição está dividida em cinco componentes, nomeadamente: (i) controlo do ambiente, (ii) controlo de atividades, (iii) avaliação do risco, (iv) informação e comunicação, e, por último, (v) atividades de monitorização. Segundo Rezaee (1995, citado por Abdul Rahman, Hamzah, Jamaluddin & Aziz, 2019), estas componentes têm que estar interligadas para que haja um sistema de controlo interno funcional.

Mais recentemente, Costa (2018), diz-nos que para que uma organização consiga efetuar a sua atividade precisa de haver um sistema de controlo interno, definido como um sistema que integra várias componentes, um plano que tem as responsabilidades funcionais, um sistema em que se possa realizar registos e autorizar procedimentos com o objetivo de ter um controlo maior

sobre os ativos e passivos, pelas práticas de cada departamento e pela qualidade de pessoal existente, com a devida aptidão para desempenhar as respetivas responsabilidades.

O autor também explica que os objetivos de um controlo interno devem ser interligados com os objetivos gerais de uma auditoria interna. E, no seu conjunto, visam assegurar a Norma 2130.A.1 do *Institute of Internal Auditors, International Professional Practices Framework*, nomeadamente (Costa,2018):

- alcançar os objetivos estratégicos da organização;
- a confiança e a integridade da informação financeira e operacional;
- a eficácia e a eficiência das operações e programas;
- a salvaguarda dos activos;
- o cumprimento das leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos

A ISA 315, diz-nos que o controlo interno é implementado pela entidade em questão e está relacionada com os riscos do negócio da própria entidade, riscos estes que afetam a concretização dos objetivos a que se propuseram, e varia de entidade para entidade, consoante a grandeza e as possíveis dificuldades que a entidade possa vir a sentir (ISA 315, § A4-A7).

Nesta mesma ISA, em apêndice, estão explicadas as cinco componentes do controlo interno, especificamente (i) o ambiente de controlo, (ii) o processo de avaliação do risco pela entidade, (iii) o sistema de informação relevante para o relato financeiro, incluindo os respetivos processos de negócio e comunicação, (iv) as atividades de controlo, e por último (v) a monitorização dos controlos.

Podemos, então, interpretar da seguinte forma: o controlo interno é a prevenção e a auditoria interna a supervisão, sendo que a auditoria interna promove um controlo interno eficaz (Guimarães, Inácio & Marques, 2018).

Por fim, vemos que o controlo interno é um processo importante para garantir a eficiência e a eficácia das operações de uma organização. Envolve uma série de componentes que se relacionam entre si, tais como o ambiente de controlo, as atividades de controlo, a avaliação do risco, a informação e comunicação e as atividades de acompanhamento. Estas componentes trabalham em conjunto para estabelecer um sistema de controlo interno eficaz que visa cumprir os objetivos estratégicos da organização, preservar a informação financeira e as transações operacionais, promover a integridade da informação e das comunicações, proteger contra a fraude e outros riscos, assegurando assim o cumprimento da legislação. Já a auditoria desempenha um papel crucial no reforço do controlo interno através da supervisão dos processos e práticas de uma organização. Ao implementar controlos internos eficazes, as

organizações podem mitigar os riscos; promover a transparência, reforçar a gestão e também reforçar a credibilidade junto das partes interessadas.

Em resumo, o controlo interno desempenha um papel crucial na gestão fiscal e financeira, ajudando a garantir a precisão, a conformidade e a transparência nas atividades fiscais e financeiras de uma organização. No entanto, apesar dos esforços para manter uma gestão fiscal e financeira eficaz, ainda existe a ameaça persistente de evasão e fraude fiscal que pode comprometer a integridade do sistema fiscal e prejudicar a economia como um todo. Nesta próxima subseção, exploraremos as complexidades e os desafios associados à evasão e fraude fiscal, analisando as estratégias para detetar, prevenir e lidar com essas práticas prejudiciais.

2.2.4. Fraude, evasão fiscal e branqueamento de capitais

A evasão fiscal é a utilização de instrumentos ilegais para o não pagamento das contribuições fiscais, ou seja, o não cumprimento no pagamento dos impostos. Importa referir que uma forma de evitar o pagamento de impostos é ocultar as fontes de rendimento ou o valor real de lucro efetuado. As sanções para a recusa de pagamento dos impostos, variam consoante o país, e dependendo da gravidade e das circunstâncias que a envolvem (Hybka, 2022). Ao contrário da elisão fiscal, que é o uso de instrumentos legais para melhorar a carga tributária de uma empresa. Quando a primeira acontece, podemos afirmar que existiu fraude fiscal, que está prevista no artigo 103.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, atos ilegítimos descritos neste artigo são considerados fraude fiscal, ações que têm o objetivo de evitar o pagamento tributário, ou o não cumprimento das obrigações fiscais, ou, ainda, a obtenção indevida de vantagens financeiras, reembolsos ou benefícios fiscais.

Note-se que a evasão e a fraude fiscais são problemas graves que foram reconhecidos a nível mundial. A crise financeira, o aumento da dívida dos contribuintes, acabou por contribuir para que a evasão fiscal, a fraude fiscal e a elisão fiscal fossem reconhecidas como um problema grave. A evasão fiscal é um fenómeno complexo que é influenciado por uma série de fatores, nomeadamente, o nível de aplicação da lei e do seu cumprimento.

É complexo quantificar com precisão a extensão da evasão fiscal, mas as avaliações indicam que é significativa, e sua forma varia dependendo do tipo de imposto e da pessoa ou entidade que está em questão, por exemplo, as pessoas singulares são mais suscetíveis de fugir aos impostos sobre o rendimento, enquanto as empresas são mais suscetíveis de fugir aos impostos sobre as vendas. Entre os fatores determinantes da evasão fiscal, ou seja, razões que levam o contribuinte a cometer este ato, contam-se as taxas elevadas ou a complexidade dos

impostos, os esforços de aplicação da lei, a facilidade ou dificuldade dos métodos de detecção utilizados pelas autoridades e as normas sociais em torno do cumprimento da legislação fiscal. (Lederman, 2019).

Na revisão da literatura abordado até este ponto, exploramos conceitos fundamentais relacionados à auditoria, gestão, controlo interno e evasão fiscal. A auditoria desempenha um papel vital na avaliação da precisão e integridade das informações financeiras, garantindo a transparência e a conformidade. Já a gestão financeira desempenha um papel fundamental no êxito das organizações, requerendo a implementação de estratégias eficazes para maximizar a utilização dos recursos disponíveis. Por seu lado, o controlo interno é essencial para assegurar a conformidade, a eficiência e a prevenção de riscos financeiros. No entanto, a evasão fiscal apresenta uma ameaça persistente, exigindo medidas rigorosas de detecção e prevenção.

Assim, no encerramento deste capítulo dedicado à revisão da literatura, consolidamos o alicerce conceptual necessário para compreender a nossa investigação. Agora, direcionamos a nossa atenção para o próximo estágio da investigação, onde mergulharemos nos detalhes metodológicos que moldarão a condução deste estudo. No capítulo seguinte, dedicado à metodologia da investigação, apresentaremos a natureza e o tipo de pesquisa que empreenderemos, delineando os procedimentos metodológicos que guiarão o nosso caminho.

Além disso, discutiremos a composição da amostra em estudo e o método de análise que empregaremos para explorar as questões centrais da nossa investigação. Ao fazê-lo, esperamos oferecer uma visão abrangente do plano de trabalho que nos permitirá avançar com confiança em direção aos nossos objetivos de investigação.

3. Metodologia de investigação

Em seguimento dos capítulos anteriores, iremos explicar a abordagem metodológica utilizada para atingir os objetivos da nossa investigação. Assim, no capítulo que se segue, abordaremos a metodologia da nossa investigação, que se revela de natureza mista, combinando dados qualitativos e quantitativos. Neste capítulo, delinearemos os procedimentos metodológicos que orientaram a nossa investigação, bem como as formas de análise.

3.1. Estruturação da investigação

Relativamente à natureza metodológica mista da nossa investigação, essa abordagem multifacetada permitiu-nos abranger uma gama diversificada de perspetivas e dados, enriquecendo assim a nossa compreensão do objeto de estudo em análise. A nossa escolha por uma abordagem mista reflete a complexidade e a amplitude das questões que investigamos, e consideramos que essa abordagem nos capacitará a alcançar uma visão mais completa e esclarecedora.

Segundo Coutinho (2019), nos últimos anos tem-se vindo a observar uma notável tendência que se reflete na crescente incorporação de diferentes abordagens metodológicas na investigação, assim, a abordagem de investigação que combina elementos quantitativos e qualitativos tem ganho cada vez mais aceitação, superando a antiga dicotomia entre essas duas perspetivas, e abandonando a ideia de confronto paradigmático, isto significa que a abordagem de investigação que integra tanto elementos quantitativos quanto qualitativos, tem vindo a ser cada vez mais valorizada e aceite. É importante que se diga que no passado havia uma grande divisão de opiniões acerca de qual das duas metodologias era a mais adequada, no entanto esta divisão está a ser ultrapassada e a ideia de que a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos tem ganho reconhecimento, com o objetivo de utilizá-los de maneira integrada para obter uma compreensão mais abrangente e enriquecedora dos objetos que estão a ser analisados.

O método quantitativo desempenha um papel fundamental na investigação científica, proporcionando uma abordagem sistemática e rigorosa para a recolha, análise e interpretação de dados, uma vez que tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento e validação do conhecimento. Além disso, fornece a capacidade de generalizar os resultados para uma população maior, prever tendências e eventos futuros, bem como controlar variáveis para investigar relações de causa e efeito (Freixo, 2018).

Note-se que o método quantitativo é caracterizado pela recolha de dados numéricos ou quantificáveis, que são subsequentemente analisados por procedimentos estatísticos. Eles proporcionam o benefício de produzir resultados que podem ser quantificados, permitindo uma avaliação precisa e a identificação de padrões e tendências. De acordo com Johnson e Christensen (2017), a investigação quantitativa é especialmente útil para investigar relações de causa e efeito, antecipar comportamentos futuros e generalizar os resultados para populações maiores.

Ao empregar procedimentos quantitativos, os investigadores podem medir a extensão de uma relação entre variáveis, avaliar a força das associações e determinar a significância estatística dos resultados. Adicionalmente, os métodos quantitativos oferecem uma maior confiança na repetição da investigação e na confirmação dos resultados, isto significa que, ao utilizar abordagens quantitativas na investigação, é mais provável que outros investigadores consigam reproduzir o estudo de maneira semelhante e chegar a conclusões consistentes. Isso fortalece a validade e a credibilidade dos resultados, uma vez que múltiplas replicações bem-sucedidas aumentam a confiança na solidez dos resultados obtidos, a replicação confiável é um indicador importante da robustez de uma investigação quantitativa (Creswell & Creswell, 2017).

Importa referir que uma das principais vantagens dos métodos quantitativos é a objetividade. Os dados numéricos minimizam a subjetividade na interpretação e permitem uma análise imparcial dos resultados. No entanto, é importante observar que esses métodos têm limitações e podem não ser adequados para todas as investigações, especialmente aquelas que pretendem compreender fenómenos complexos em profundidade (Bryman, 2016).

Justamente por essa característica e, dada à natureza da nossa investigação, fez-se necessária a escolha da metodologia mista, pois para o alcance dos nossos objetivos percebemos a necessidade da adoção de procedimentos qualitativos de recolha e análise de dados.

De acordo com Bodgan e Biklen (1992), esta metodologia nos permite adentrar as nuances e subtilidades das questões em questão, fornecendo *insights* importantes que seriam de difícil obtenção através de métodos quantitativos.

Ao adotarmos uma metodologia qualitativa, também estamos aderindo a um conjunto de princípios fundamentais. Em primeiro lugar, confirmamos que os dados a sua origem em contextos naturais, sendo o papel do pesquisador crucial na sua recolha, o que nos permite uma riqueza mais peculiar no ambiente de estudo. Em segundo lugar, valorizamos a descrição detalhada dos dados, colocando a ênfase na riqueza das narrativas e na compreensão profunda das experiências dos assuntos envolvidos.

Além disso, ao optarmos pela abordagem qualitativa, estamos comprometidos com uma análise que se desenvolve de maneira indutiva, permitindo que os padrões e temas emergjam organicamente dos dados. Esta abordagem lembra-se de montar um quebra-cabeça, onde cada peça contribui para a construção de um quadro mais completo. Por fim, o foco primordial da investigação qualitativa reside na busca pelo significado subjacente às preocupações estudadas, compreendendo não apenas o, o quê, mas também o, porquê, por trás das experiências e comportamentos observados (Bogdan & Biklen, 1992).

A investigação qualitativa é uma abordagem metodológica que se concentra na compreensão aprofundada e na interpretação das considerações estudadas a partir de uma perspectiva contextual e histórica. Esta abordagem difere dos métodos quantitativos ao não buscar a mensuração de variáveis, mas sim o exame de padrões, significados e relações sociais complexas que emergem naturalmente nos contextos em estudo. Ao adotar uma investigação qualitativa, o pesquisador busca capturar a riqueza e a complexidade dos dados, verificando que as características sociais são intrinsecamente multifacetadas e muitas vezes influenciadas por fatores subjetivos e contextuais (Bogdan & Biklen, 1992; Creswell & Creswell, 2017).

Ao utilizar métodos qualitativos, o investigador tem a flexibilidade de se envolver com o contexto de estudo de maneira mais imersiva, utilizando técnicas como entrevistas, questionários abertos, observações participantes e análise de conteúdo para desvendar os padrões emergentes e os fatores que influenciam as aparências na análise (Creswell & Creswell, 2017). A investigação qualitativa, portanto, é uma ferramenta avançada para investigadores que buscam compreender a complexidade e a profundidade dos fenômenos estudados.

Portanto, ao combinarmos os elementos qualitativos com as vantagens objetivas dos métodos quantitativos, criamos uma abordagem metodológica robusta que nos permitirá explorar, de maneira abrangente, os aspetos mais intrincados do nosso objeto de estudo. Esta escolha metodológica reflete o nosso compromisso em conduzir uma investigação rigorosa e completa, alinhada com os objetivos e complexidades do nosso tema de investigação.

Neste capítulo, estabelecemos as bases metodológicas que conduzem esta investigação. Ao adotar uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscamos abarcar a complexidade e a riqueza das especificações em estudo, reconhecendo a complementaridade dessas perspectivas. Agora, adentraremos os nossos procedimentos metodológicos específicos que guiaram a coleta e análise de dados, a fim de responder às questões de pesquisa propostas.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Esse subcapítulo, dedicado aos procedimentos metodológicos, detalharemos as etapas práticas que guiaram a condução da investigação. Esses procedimentos específicos são a espinha dorsal da nossa metodologia, pois delineiam as estratégias específicas de recolha, tratamento e análise dos dados. Compreender e aplicar corretamente esses passos são de vital importância para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Portanto, esta secção desempenha um papel crucial no desenvolvimento da investigação, proporcionando o rigor necessário para a produção de conhecimento significativo e confiável.

No âmbito do decorrer da investigação proposta, utilizamos numa primeira fase uma abordagem teórica, que incluiu a pesquisa documental e a revisão da literatura. Esta abordagem permitiu aprofundar os conhecimentos sobre a área da auditoria e como esta influencia a gestão de uma empresa e ajuda nos processos de tomada de decisão, uma vez que segundo Cardoso, Alarcão e Celorico (2010), o processo da revisão da literatura é essencial para dar início à investigação científica, este é o que nos ajuda a perceber e a definir o problema que queremos analisar. Além de estar em análise, a revisão da literatura desempenha um papel crucial ao fornecer uma visão aprofundada do conhecimento existente sobre o assunto. Ela não apenas ajuda a compreender minuciosamente o que já se sabe sobre o tema, mas também permite identificar áreas onde o conhecimento é limitado ou insuficiente. Assim, a revisão da literatura não só oferece uma visão abrangente do estado atual do conhecimento, mas também serve como um mapa valioso para destacar lacunas que merecem investigação adicional. Em última análise, esse processo contribui significativamente para o avanço e o aprimoramento do entendimento dentro dessa área de estudo.

Após definição do problema e objetivos, e feita uma revisão da literatura, começamos a segunda fase do nosso trabalho, ou seja, a recolha dos dados.

Relativamente à recolha dos dados “A coleta de dados envolve a definição do 'o quê' e 'como' esses dados serão reunidos, incluindo os instrumentos a serem utilizados. Essas são questões fundamentais que impactam diretamente a qualidade científica dos resultados e conclusões do estudo” (Coutinho, 2019, p. 105). Com o objetivo de analisar como as empresas utilizam os resultados da auditoria anual para apoio na gestão do ano seguinte: controlo interno, gestão financeira, orçamentação, e gestão fiscal, prevenindo fraudes, evasão fiscal e branqueamento de capitais, optámos por analisar empresas sediadas no distrito de Faro.

Assim, para que pudéssemos alcançar um grande número de empresas, optámos por utilizar o inquérito por questionário (Apêndice 1) para a recolha dos dados.

O questionário é uma técnica de recolha de dados que envolve a obtenção de informações através da inquirição dos sujeitos, os quais podem ser categorizados sob a denominação geral de técnicas de inquirição ou inquérito. A depender do objetivo da investigação, um questionário pode revelar atitudes, sentimentos, valores, opiniões ou informações. Independentemente do tipo de pergunta, todos os questionários envolvem a administração de perguntas aos indivíduos. As perguntas podem ser tanto fechadas, quanto abertas. Os participantes deverão responder às perguntas feitas, sem a possibilidade de modificá-las ou especificar os seus pensamentos. As perguntas são dispostas de forma lógica, e as visões são praticamente impossíveis (Coutinho, 2019).

No caso da nossa investigação, o questionário está dividido em duas secções, sendo a primeira com questões fechadas, de carácter quantitativo, e a segunda com questões abertas, de carácter qualitativo.

É relevante ressaltar que o questionário é o instrumento mais amplamente utilizado para a coleta de informações e é um dos métodos de coleta de dados que exigem respostas por escrito dos sujeitos. Ele é composto por um conjunto de enunciados ou perguntas que permitem avaliar atitudes e opiniões dos sujeitos ou obter outras informações relevantes (Freixo, 2018).

O questionário que realizamos, foi respondido apenas *online*, com recurso à plataforma *Google Forms*. Antes de ser divulgado às empresas, o questionário foi enviado para o departamento de proteção de dados da UALG, pois foi preciso um parecer do regulador deste departamento para que fosse possível a sua divulgação, este processo levou cerca de dois meses.

Após o parecer positivo do regulador, a divulgação foi feita através de envios por email às empresas do distrito de Faro, constantes na plataforma SABI, num total de três mil seiscentos e onze empresas, adicionalmente também foi feita alguma divulgação por grupos internos de profissionais da área. A partir dessa estratégia ampliamos o alcance do nosso questionário. Por fim, obtivemos duzentas respostas válidas.

Importa referir que o nível de respostas foi aumentando gradualmente e as empresas mostraram-se interessadas em colaborar.

Como já foi referido anteriormente, o questionário foi dividido em duas secções, sendo que a primeira com perguntas mais gerais, para ter conhecimento da nossa amostra e também dados sociodemográficos das empresas e do indivíduo que estava a responder, mais especificamente, a idade, género, localização geográfica, função na organização, nível de experiência.

Sendo que apenas queremos avaliar as empresas que são obrigadas a CLC, a questão final é decisiva sobre a pessoa ou não avançar para a secção dois, perguntando assim se a empresa que colabora é obrigada a CLC, se a resposta for positiva, quem estava a responder passou para as perguntas abertas da secção dois, caso contrário o questionário acabava.

Sendo assim, segunda secção é relativa a questões abertas, sobre a área que queríamos avaliar. A essas perguntas obtivemos 82 respostas, tratadas e analisadas através da técnica da análise de conteúdo de Bardin (2016).

3.3. Tratamento e análise dos dados

Após o fecho do questionário, passamos ao tratamento dos dados recolhido. Para os dados referentes à primeira secção do questionário, foi realizado o tratamento estatístico dos dados quantitativos com recurso ao software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS, versão 28.1. O SPSS é uma ferramenta poderosa e amplamente utilizada que oferece uma gama de funcionalidades para organização, manipulação e análise de dados quantitativos. Inicialmente, os dados foram inseridos no programa, garantindo que fossem devidamente estruturados e prontos para serem processados. Em seguida, procedemos à verificação da consistência dos dados, identificando possíveis *outliers* ou valores discrepantes que necessitem de atenção especial. Uma vez que os dados estejam limpos e preparados, avançamos para a etapa da análise propriamente dita.

A análise dos dados quantitativos foi realizada através da aplicação de técnicas de estatística descritiva. Esta abordagem estatística tem como objetivo principal descrever e resumir as características essenciais dos dados, fornecendo uma visão clara e concisa do padrão e da distribuição das variáveis em estudo (Freixo, 2018). Utilizamos medidas estatísticas como contagens, frequências relativas e percentuais que nos permitiram compreender a tendência central, a dispersão e a forma da distribuição dos dados. Além disso, a estatística descritiva possibilitou-nos identificar padrões notáveis e tendências que emergem dos conjuntos de dados, contribuindo para uma interpretação fundamentada e uma apresentação clara dos resultados. Por meio dessa abordagem, obtivemos uma compreensão detalhada das características quantitativas das especificações em estudo.

Tal como já mencionado, para o tratamento e a análise dos dados recolhidos através perguntas abertas, por serem de carácter qualitativo, utilizámos da técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2016), que é uma abordagem metodológica robusta amplamente empregada na investigação qualitativa. Consiste em uma técnica sistemática de exploração e interpretação de

materiais textuais e visuais, visando identificar padrões, temas e significados subjacentes (Coutinho, 2019). Esta metodologia oferece um quadro estruturado para desvendar a complexidade dos dados e extrair *insights* valiosos.

Ao longo das décadas, a análise de conteúdo evoluiu consideravelmente, adaptando-se a diversas áreas de pesquisa, como ciências sociais, psicologia, comunicação e educação. Inicialmente desenvolvida por Bardin na década de 1960, a técnica visava compreender o conteúdo manifestado nas comunicações (Bardin, 2016). Desde então, a análise de conteúdo tem se expandido, integrando novos métodos e ferramentas tecnológicas para melhorar a precisão e eficiência da análise.

Um dos principais benefícios da análise de conteúdo é sua adaptabilidade a diferentes tipos de dados e fontes de informação. Além da análise de texto, ela pode ser aplicada em imagens, vídeos, áudios e até mesmo em redes sociais, permitindo uma exploração abrangente da informação disponível (Neuendorf, 2019, citada por Sampaio & Lycarião, 2021). Essa flexibilidade torna a análise de conteúdo uma ferramenta versátil para investigadores que buscam compreender fenômenos complexos em contextos variados.

Em síntese, a análise de conteúdo representa uma ferramenta valiosa e dinâmica na investigação qualitativa, permitindo a exploração profunda e a interpretação rica de materiais diversos. Sua adaptabilidade a diferentes tipos de dados e a constante evolução metodológica a tornam uma técnica indispensável para investigadores que buscam desvendar a complexidade dos fenômenos investigados

É importante sublinhar que para conduzir uma análise de conteúdo eficaz, é essencial seguir um conjunto de etapas bem definidas. Assim, de posse dos dados recolhidos, seguimos as etapas definidas por Bardin (2016), nomeadamente: pré-análise, codificação, categorização e interpretação, tendo como resultado duas categorias de análise, com as respectivas subcategorias, como por ser vista na Tabela 3.1, a seguir:

Tabela 3.1 - Categorias de análise e unidades de registo

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo
Consideração de recomendações anteriores	Melhoria contínua e correção de erros.	A empresa leva em conta as recomendações do processo de auditoria dos anos anteriores na elaboração do relato financeiro de cada ano.
	Falta de atenção interna	
Utilização de recomendações de auditores na gestão	Influência positiva da auditoria na gestão	A empresa utiliza as recomendações dos auditores (internos ou externos) na tomada de decisão nos processos de gestão
	Influência na conformidade fiscal	

Fonte: Elaboração própria

4. Resultados e discussão

Neste capítulo, adentramos na fase crucial da nossa investigação, onde os dados encontrados são minuciosamente analisados e interpretados. A discussão dos resultados é mais que uma mera apresentação de números ou frases; é o momento em que atribuímos significado aos dados, avaliamos as suas implicações e os relacionamos com o quadro teórico do estudo. Esta etapa exige rigor e precisão, assim sendo, buscamos extrair as conclusões mais pertinentes e esclarecedoras para responder à questão de investigação proposta. Assim, ao longo deste capítulo, iremos destacar os aspetos mais importantes, explorar as nuances dos resultados e fornecer *insights* importantes para a compreensão da gestão empresarial, especialmente no que diz respeito à utilização dos resultados de auditoria no distrito de Faro.

Cumprе sublinhar que esse capítulo está dividido em três subsecções, a primeira dedicada à caracterização da amostra, a segunda é a estatística descritiva das 82 empresas. Já a terceira secção é dedicada à análise de conteúdo, fruto das respostas às questões abertas do inquérito.

4.1. Caracterização da amostra

Nesta secção iremos proceder à caracterização da amostra, que delinea a base empírica sobre a qual são fundamentadas todas as análises e conclusões subsequentes. Esta fase envolve a descrição detalhada das unidades de estudo que compõem o conjunto de dados, englobando elementos essenciais como características demográficas, contextuais e outras variáveis pertinentes.

A precisão e abrangência desta caracterização são fundamentais para a compreensão aprofundada do perfil dos participantes, permitindo uma interpretação precisa dos resultados obtidos e a validação das hipóteses formuladas ao longo da investigação. Neste contexto, o presente parágrafo introdutório oferece uma visão inicial sobre a metodologia adotada para a caracterização da amostra, destacando a sua importância no contexto da investigação em questão.

A presente investigação centra-se na análise detalhada de uma amostra composta por duzentas empresas localizadas no distrito de Faro (Tabela 4.1). Como referido anteriormente,

das 3611 empresas inquiridas obtivemos 200 respostas válidas, que se distribuem de forma inequívoca na sua maioria pelos concelhos de Faro, Albufeira e Loulé (49, 21 e 19 respetivamente, o que representa quase 50,0%, da amostra total. A amostra abarca uma heterogeneidade de empresas, tanto em termos de tamanho, quanto ao setor de atuação e estrutura, oferecendo uma representação diversificada do panorama empresarial local. Nesta análise um dos focos foi a distinção entre empresas certificadas e não certificadas, proporcionando uma compreensão abrangente dos diferentes modelos de gestão e conformidade contabilista, existentes no contexto empresarial de Faro. A caracterização minuciosa desta amostra é essencial para contextualizar os resultados, possibilitando a identificação de padrões e particularidades.

Relativamente à identificação das empresas, optámos por nomeá-las de acordo com a ordem das respostas recebidas. Assim, a primeira empresa a responder será chamada de Empresa n.º 1, até a última empresa a responder, a Empresa n.º 200. Essa nomenclatura será utilizada para referenciar algumas respostas abertas. Importa referir que manter o anonimato das empresas participantes na nossa investigação é de vital importância em diversos aspetos. Além de ser uma prática ética que promove a confiança e a integridade da pesquisa, o anonimato incentiva a participação voluntária, contribuindo para uma amostra mais representativa e resultados mais confiáveis. Essa abordagem também reduz possíveis opções de resposta, permitindo que as empresas compartilhem informações de forma mais aberta e franca. Além disso, protege as organizações contra possíveis consequências negativas para garantir a confidencialidade de informações confidenciais. Ao seguir essa prática, estamos em conformidade com regulamentações legais e demonstramos a seriedade e a substituição da nossa investigação no meio académico e empresarial.

Tabela 4.1 - Localização das empresas analisadas

	Frequência	Percentagem
Albufeira	21	10,5
Algarve	46	23
Almancil	8	4
Boliqueime	1	0,5
Castro Marim	1	0,5
Faro	49	24,5
Lagoa	5	2,5
Lagos	3	1,5
Loulé	19	9,5
Olhão	6	3
Portimão	14	7
Quarteira	3	1,5
Quinta do Lago	2	1
Sagres	1	0,5
São Bartolomeu de Messines	2	1
Silves	2	1
Tavira	6	3
Tunes	2	1
Vila Nova Cacela	2	1
Vila Real de St. António	4	2
Vilamoura	3	1,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Das duzentas respostas verificamos que cento e dezassete dos inquiridos são do género masculino, representando 58,5% da amostra total, e oitenta e dois do género feminino, representando 41,00% da amostra total (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 - Género

	Frequência	Percentagem
Não responde	1	,5
Masculino	117	58,5
Feminino	82	41,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Estes números são importantes para entender a distribuição de género na amostra e podem fornecer contributos sobre a representatividade de homens e mulheres dentro das empresas do distrito de Faro que foram analisadas. A análise da representatividade de género na amostra pode ter implicações em investigações futuras que procuram entender dinâmicas organizacionais, políticas de inclusão e equidade de género no ambiente empresarial.

Relativamente à faixa etária dos respondentes, os resultados foram os seguintes: vinte e oito inquiridos com 30 anos ou menos, representando 14,0% da amostra total, trinta e seis inquiridos com 31 a 40 anos, representando 18,0% da amostra, sessenta e sete têm entre 41 e 50 anos, ou seja 33,5% da amostra, sendo a frequência maior, em seguida cinquenta e cinco têm entre 51 e 60 anos, 27,5% da amostra e por fim, 60 ou mais anos apenas 14 inquiridos e por isso a frequência menor, representando 7,0% da amostra total (Tabela 4.3).

Tabela 4.3 - Faixa etária

	Frequência	Percentagem
30 anos ou menos	28	14,0
De 31 a 40 anos	36	18,0
De 41 a 50 anos	67	33,5
De 51 a 60 anos	55	27,5
60 ou mais anos	14	7,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

A informação sobre a distribuição dos inquiridos por faixas etárias oferece-nos uma representação detalhada da idade dos participantes na nossa amostra. Com base nestes dados, podemos compreender a composição etária da população estudada. A segmentação por faixa etária permite identificar padrões, preferências e particularidades associadas a diferentes grupos etários. Por exemplo, as informações revelam que a maior parte da amostra é composta por indivíduos entre 41 e 50 anos, representando 33,50% do total. Isto pode indicar uma concentração significativa de experiência e conhecimento acumulado nessa faixa etária, o que pode influenciar decisões e estratégias nas organizações. Além disso, observa-se que as faixas etárias mais jovens (até 40 anos) somam 32% da amostra, evidenciando a presença considerável de profissionais mais jovens, que podem trazer perspectivas e dinâmicas diferentes para o cenário empresarial. Já a representação de inquiridos com 60 anos ou mais (7,00%) destaca a importância de considerar a experiência profissional.

Quando verificamos as habilitações literárias a distribuição é mais variada, pois era uma pergunta aberta, mas como podemos ver na Tabela 4.4, a maior parte dos respondentes possui uma Licenciatura, com cento e doze respostas, representando assim 56% da amostra total, isto sugere um nível considerável de formação académica na amostra. Em seguida a resposta com mais frequências registadas é o 12º ano, com 20,50% de peso na amostra total. Apenas 14,50% possui mestrado, embora menor em número, a presença destes profissionais com mestrado pode

sugerir uma contribuição significativa em termos de especialização e conhecimento técnico na amostra.

Tabela 4.4 - Habilitações literárias

	Frequência	Porcentagem
4º ano	1	0,5
8º ano	1	0,5
9º ano	4	2
12º ano	41	20,5
Pós-Graduação	12	6
Licenciatura	112	56
Mestrado	29	14,5
Total	200	100

Fonte: Elaboração própria

Em seguida, analisamos a função do/a respondente na organização e para tal agregamos funções idênticas nos subgrupos apresentados na tabela. Novamente a distribuição é variada, sendo a maior frequência de Sócio/Sócio-Gerente/Diretor_Sócio-Gerente, com 39,5% de respostas, representando uma frequência de setenta e nove respostas. Em seguida, a resposta com maior porcentagem é, Técnico de Contabilidade, que representa 12,5% da amostra total, e em terceiro lugar a função, Diretor/Administrador Executivo apresenta uma porcentagem de 12,0%. Cumpre destacar que estes três subgrupos de inquiridos representam em conjunto 64,0% do total da amostra. (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 - Função na empresa

	Frequência	Porcentagem
Sócio/Sócio-Gerente/Diretor_Sócio-Gerente	79	39,5
Técnico de Contabilidade	25	12,5
Diretor/Administrador Executivo	24	12,0
Contabilista Certificado/Contabilista Certificado_Sócio-Gerente	20	10,0
Administrativo(a) / Outros	18	9,0
Assistente Financeiro	18	9,0
Diretor Financeiro/Contabilista Certificado	12	6,0
Consultor Fiscal/Auditor Financeiro/Analista Financeiro	4	2,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Ainda sobre os inquiridos, outra informação relevante refere-se ao número de anos de experiência profissional nas funções que atualmente desempenha. Para estes dados obtivemos os seguintes resultados, a média é o valor médio dos anos de experiência profissional relatados pelos inquiridos. Neste caso, a média é de aproximadamente 14,59 anos de experiência profissional. A mediana é o valor que divide a amostra ao meio, onde metade dos inquiridos

possui menos de 12 anos de experiência e a outra metade possui mais de 12 anos de experiência. Temos um mínimo de 1 e máximo de 45, indicando assim o menor e o maior número de anos de experiência profissional relatados pelos inquiridos, respetivamente (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 - Tempo de experiência na função exercida

N.º	Válido	200
	Omisso	0
Média		14,59
Erro de média padrão		,730
Mediana		12,00
Erro Desvio		10,324
Variância		106,585
Assimetria		,695
Erro de assimetria padrão		,172
Curtose		-,320
Erro de Curtose padrão		,342
Mínimo		1
Máximo		45

Fonte: Elaboração própria

Após uma análise detalhada da caracterização dos inquiridos, é possível compreender de maneira mais aprofundada o perfil da amostra em termos de género, faixa etária e habilitações literárias. Estes dados oferecem contributos, que nos ajudam a contextualizar a diversidade presente no ambiente empresarial do distrito de Faro.

Agora, direcionaremos a nossa atenção para a caracterização das empresas em que estes indivíduos colaboram. Exploraremos as suas dimensões estruturais, setores de atuação e outras variáveis relevantes, procurando assim obter, uma compreensão mais abrangente do cenário organizacional em que se inserem.

Relativamente à classificação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação - IAPMEI e o Decreto-lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, temos que cento e onze empresas são classificadas como microempresas, ou seja, empregam menos de 10 pessoas. Essa é a frequência maior, e representa uma percentagem de 55,50% da nossa amostra. Note-se que a predominância de micro empresas na amostra reflete uma característica comum do tecido empresarial português, onde a grande maioria das empresas é composta por micro e pequenas empresas. Estas organizações desempenham um papel vital na economia do país, contribuindo para a criação de empregos, a inovação e o crescimento económico. A presença significativa de microempresas destaca a importância de políticas e iniciativas de apoio direcionadas para este segmento, visando o fortalecimento e a sustentabilidade desses negócios. Esta proporção de

microempresas na amostra pode estar relacionada com a estrutura económica da região de Faro. As microempresas muitas vezes são pilares fundamentais, impulsionando o desenvolvimento local e a oferta de empregos, especialmente em regiões turísticas como Faro. A presença significativa destas empresas pode influenciar políticas locais para apoiar e fomentar este setor, considerando o seu impacto socioeconómico.

Já na classificação de pequenas empresas, que empregam menos de 50 pessoas, em que quarenta e uma empresas, encontram-se 20,50% da amostra. Esta representação por pequenas empresas indica que este segmento empresarial, apesar de menos numeroso que as microempresas, ainda tem uma presença significativa. As pequenas empresas muitas vezes ocupam um espaço intermediário entre as microempresas e as médias/grandes empresas, desempenhando um papel crucial na economia local e nacional. O facto de 41 empresas se enquadrarem na categoria de pequenas empresas sugere um potencial considerável de crescimento dentro desta amostra. Com o apoio adequado e um ambiente favorável aos negócios, estas empresas poderão ter a possibilidade de aumentar sua capacidade de produção, expandir as suas operações e, conseqüentemente, gerar mais empregos e impactar positivamente a economia local.

A constatação de que apenas 11% das empresas na amostra são classificadas como Não PME sugere uma concentração considerável de organizações de menor porte dentro do grupo analisado. Isto pode refletir a estrutura predominante do tecido empresarial no distrito de Faro e, possivelmente, em contextos mais amplos de Portugal. A predominância das PMEs, em particular micro e pequenas empresas, indica que estas organizações formam a base da economia local. São empreendimentos que muitas vezes iniciam com um número limitado de colaboradores, mas têm um impacto relevante na geração de empregos e no dinamismo económico. A concentração de PMEs traz tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, estas empresas podem enfrentar limitações de recursos, acesso a financiamento e competitividade em relação às grandes empresas. Por outro lado, também se podem adaptar rapidamente às mudanças no ambiente de negócios. A baixa representação das Não PME também pode indicar a necessidade de políticas de apoio e incentivos específicos para empresas de maior porte. Estimular o crescimento destas organizações pode diversificar a economia local. A presença limitada das Não PME sugere que a economia da região pode estar fortemente concentrada em setores específicos ou empreendimentos de menor escala, como sabemos que o turismo é um deles (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 - Classificação da empresa

	Frequência	Porcentagem
Micro - Emprega menos de 10 pessoas	111	55,5
Pequena - emprega menos de 50 pessoas	41	20,5
Média - Emprega menos de 250 pessoas	26	13,0
Não PME	22	11,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Para a pergunta, - Indique o número de funcionários da empresa em que se encontra a desempenhar funções, Tabela 4.8, obtivemos as seguintes respostas, - Menos de 10, cento e onze respostas, em seguida quarenta respostas, para o intervalo - de 11 a 49 funcionários e quarenta e nove respostas para - Mais de 50.

Tabela 4.8 - Número de funcionários

	Frequência	Porcentagem
Menos de 10	111	55,5
De 11 a 49	40	20,0
Mais de 50	49	24,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao setor de atividades, vemos na Tabela 4.9 que as respostas foram novamente variadas, de destacar que a maior frequência é no setor do comércio/serviços que tem uma frequência de cento e trinta e nove empresas, o que representa 69,50% da amostra. De seguida as respostas são dispersas entre 0,50% e 5%, sendo que a segunda maior é o setor da indústria que representa 6%.

Tabela 4.9 - Setor de atividade

	Frequência	Percentagem
Comércio/Serviços	139	69,5
Indústria	12	6
Turismo	10	5
Construção Civil	7	3,5
Saúde	6	3
Banca/Produtos Financeiros	5	2,5
Agricultura	4	2
Cultura/Ambiente/Desporto	3	1,5
Consultoria	2	1
Transportes	2	1
Administração Local	2	1
Informática/Tecnologia	2	1
Retalho alimentar	1	0,5
Imobiliário	1	0,5
Ensino Superior	1	0,5
Restauração	1	0,5
Segurança Pública	1	0,5
Investigação	1	0,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

A análise dos dados referentes ao setor de atividade das organizações na nossa amostra oferece uma perspetiva valiosa sobre o panorama empresarial no distrito de Faro. Os resultados mostram uma prevalência notável no setor do comércio/serviços, relatando que as suas atividades se encaixam melhor neste domínio. Esta alta frequência reflete a importância crítica do setor de comércio e serviços na economia da região. A elevada representação deste setor pode estar ligada à natureza turística do distrito de Faro, uma vez que o turismo frequentemente envolve atividades relacionadas ao comércio e serviços, como restaurantes, hotéis, agências de viagens e lojas. Isto também pode indicar uma concentração de pequenos e médios negócios que atendem às necessidades locais da população e dos turistas, isto foi comprovado em cima, na pergunta sobre a classificação segundo o IAPMEI.

Os dados mostram que, embora o comércio/serviços seja dominante, ainda há uma presença de empresas em outros setores, como a indústria (6%). Isto indica uma diversificação nas atividades económicas, o que é essencial para a estabilidade e crescimento da economia regional. A dispersão das respostas entre 0,50% e 5% em diversos outros setores também aponta para uma variabilidade económica no distrito.

Posto isto, temos a informação relativamente à tipologia da organização, representada na Tabela 4.10.

Tabela 4.10 - Tipologia da empresa

		Frequência	Percentagem
Válido	Sociedade por quotas	140	70,0
	Sociedade anónima	32	16,0
	Entidade do setor público	4	2,0
	Sociedade unipessoal por quotas	4	2,0
	Banco multinacional cotado na bolsa	1	,5
	Fundo de investimento mobiliário e imobiliário	1	,5
	Empresário em nome individual	1	,5
	Entidade não lucrativa	3	1,5
	Entidade privada de utilidade pública	1	,5
	Sociedade por quotas obrigada a certificação	11	5,5
	Total	198	99,0
Omisso	Sistema	2	1,0
Total		200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Nesse aspeto, 70% das empresas analisadas são sociedades por quotas, o que nos faz sentido tendo em conta as classificações e setores anteriormente discutidos, 16% são sociedades anónimas.

No que diz respeito à questão do planeamento fiscal anual, tivemos 62% de respostas SIM e 38% de respostas NÃO (Tabela 4.11).

Tabela 4.11 - Opção por realizar planeamento fiscal anual

		Frequência	Percentagem
Não		76	38,0
Sim		124	62,0
Total		200	100,0

Fonte: Elaboração própria

O facto de 62% das empresas afirmarem realizar um planeamento fiscal anual sugere que a maioria das organizações valoriza a gestão eficaz dos seus assuntos fiscais. Isto pode indicar uma abordagem proativa na gestão das finanças e na otimização da carga fiscal. Considerando que o setor do comércio/serviços é dominante, a alta taxa de adoção do planeamento fiscal pode estar relacionada à necessidade de gerir complexidades fiscais neste setor, especialmente no que diz respeito a vendas, imposto sobre valor agregado - IVA, impostos locais e outros encargos fiscais aplicáveis. A presença significativa de micro e

pequenas empresas (representando 69,50% da amostra) pode influenciar a necessidade e a viabilidade do planeamento fiscal anual. Empresas de menor porte podem estar mais focadas na eficiência operacional, incluindo a gestão fiscal adequada. As empresas que realizam planeamento fiscal anual podem estar à procura de vantagens competitivas através de uma gestão financeira e fiscal mais estratégica. Isto pode incluir a maximização dos benefícios fiscais disponíveis e a conformidade com as normas fiscais vigentes.

No seguimento desta questão temos também as opiniões sobre a importância do planeamento fiscal por permitir a obtenção de benefícios fiscais e a criação de valor para as empresas (Tabela 4.12).

Tabela 4.12 - Importância do planeamento fiscal anual

	Frequência	Percentagem
Pouco relevante	11	5,5
2	11	5,5
3	24	12,0
4	60	30,0
Muito relevante	94	47,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

A análise das respostas revela uma perceção significativamente positiva e consciente sobre o valor que essa prática pode agregar às empresas no distrito de Faro. Cerca de 47% dos inquiridos consideram o planeamento fiscal - Muito relevante, o que indica uma forte crença na capacidade do planeamento fiscal e em criar valor para as empresas.

Além disso, 30% dos inquiridos avaliam o planeamento fiscal como - Relevante, o que reforça a importância atribuída à prática. Apenas 5,5% e 5,5% dos inquiridos classificam o planeamento fiscal como - Pouco relevante ou Irrelevante (níveis 1 e 2, respetivamente), indicando que uma minoria tem uma visão menos favorável sobre o impacto do planeamento fiscal na criação de valor para as empresas.

A alta percentagem de inquiridos que consideram que o planeamento fiscal é - Muito relevante sugere que as empresas estão cientes da importância estratégica de gerir as suas obrigações fiscais de forma eficiente para maximizar os benefícios fiscais e agregar valor ao negócio.

A ideia generalizada na importância do planeamento fiscal pode indicar que os profissionais e as organizações estão dispostas a investir tempo e recursos na implementação de estratégias fiscais eficazes, possivelmente esperando obter uma vantagem competitiva.

Estas perceções refletem uma compreensão sólida da importância do planeamento fiscal como uma ferramenta estratégica para a gestão empresarial, promovendo a eficiência fiscal e contribuindo para o crescimento e a sustentabilidade das empresas em Faro. As organizações parecem reconhecer o valor que o planeamento fiscal pode gerar.

Ao longo desse capítulo dedicado à Metodologia de Investigação procedemos a uma minuciosa exposição da nossa abordagem metodológica, bem como o desenho da nossa investigação. Também expusemos os procedimentos metodológicos adotados para a recolha e a análise de dados, tanto quantitativos quanto os qualitativos. Por fim, fizemos a caracterização da nossa amostra, composta inicialmente por 200 empresas. A relevância deste capítulo é de suma importância, uma vez que a sua abordagem metódica é fundamental para garantir a solidez e a confiabilidade da nossa investigação.

No próximo capítulo apresentaremos os dados analisados relativamente às 82 empresas que responderam à segunda secção do inquérito. Esse capítulo, também dividido em secções é importante, pois apresentaremos os dados analisados relativamente a 82 empresas que responderam à segunda secção do inquérito. Este capítulo, também dividido em secções, é de importância crucial, pois permitirá a análise aprofundada das informações recolhidas e a avaliação dos resultados à luz das questões de investigação. Desta forma, uma robustez metodológica que estabelecemos neste capítulo serve como uma base sólida para a investigação subsequente, alinhando-se com os nossos objetivos de contribuir significativamente para a compreensão da gestão empresarial e dos impactos de auditorias e fiscalidade no contexto das empresas do distrito de Faro.

4.2. Caracterização das empresas que fazem CLC.

Como descrito no subcapítulo 3.1 Procedimentos metodológicos, o inquérito aplicado às empresas é formado por duas secções, uma vez que era previsto que nem todas as empresas partícipes desta investigação fossem obrigadas a realizar a certificação legal de contas. Assim sendo, essa secção tem como objetivo apresentar a análise quantitativa das 82 empresas respondentes.

Sendo o nosso foco as empresas com CLC, iremos agora fazer a caracterização da amostra, apenas para as 82 empresas que responderam à obrigação ou não de CLC.

Dentro desta pergunta, como já foi referido anteriormente, 82 responderam que sim, eram obrigadas e 118 responderam que não tinham esta obrigação.

Tabela 4.13- Obrigação de CLC

	Frequência	Percentagem
Não	118	59,0
Sim	82	41,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria

Dentro da amostra de 200 empresas, 82 responderam que são obrigadas a fazer Certificação Legal de Contas – CLC - anualmente. Dessas 82 empresas, 28 são sociedades anónimas e 47 são sociedades por quotas. Isso indica que uma proporção significativa das empresas reconhece a necessidade ou imposição de certificação legal de contas para gerir as suas obrigações de forma eficiente. A diferença no número de sociedades anónimas e sociedades por quotas dentro do grupo que realiza a certificação legal de contas pode sugerir que a complexidade e os requisitos podem variar de acordo com a estrutura societária, levando a diferentes abordagens.

Tabela 4.14 - Tipologia das empresas que fazem a CLC

	Frequência	Porcentagem
Sociedade por quotas obrigada a certificação	11	13,4
Sociedade anónima	28	34,2
Sociedade por quotas	36	43,5
Fundo autónomos do estado	1	1,2
Entidades do setor público com autonomia administrativa e financeira	3	3,7
Fundo de investimento mobiliário e imobiliário	1	1,2
Fundo de investimento entidades do setor não lucrativo	1	1,2
Total	82	100,0

Fonte: Elaboração própria

De seguida analisamos a classificação conforme o IAPMEI, na Tabela 4.15 temos uma distribuição das empresas da amostra de acordo com o número de funcionários e a sua classificação em Micro, Pequena, Média e Não PME. Das empresas que fazem a certificação legal de contas, 34,2% são classificadas como Micro, 17,1% como - Pequenas, e 26,8% como - Médias.

Por outro lado, 22,0% das empresas que fazem a certificação legal de contas não se enquadram nas categorias de Micro, Pequena ou Média, sendo classificadas como Não PME.

Tabela 4.15 - Classificação das empresas que fazem a CLC

	Frequência	Porcentagem
Micro - Emprega menos de 10 pessoas	28	34,2
Pequena - emprega menos de 50 pessoas	14	17,1
Média - Emprega menos de 250 pessoas	22	26,8
Não PME	18	22,0
Total	82	100,0

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao planeamento fiscal as empresas, à semelhança com a amostra total, apresentada no capítulo 3, a maior parte considera que o planeamento fiscal é importante, e a empresa onde colaboram executa (Tabela 4.16 e 4.17).

Tabela 4.16 - Planeamento fiscal I

	Frequência	Porcentagem
Não	24	29,3
Sim	58	70,3
Total	82	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4.17 - Planejamento fiscal II

	Frequência	Porcentagem
Pouco relevante	4	4,9
2	6	7,3
3	9	11,0
4	22	26,8
Muito relevante	41	50,0
Total	82	100,0

Fonte: Elaboração própria

No universo do grupo de empresas que realizam a certificação legal de contas, 58 realizam planejamento fiscal, reconhecendo a sua relevância na procura por benefícios fiscais e criação de valor. Em contrapartida, 24 empresas não incorporam o planejamento fiscal nas suas práticas. Este dado realça a distinção nas estratégias adotadas pelas empresas para gerir as suas obrigações fiscais e, por extensão, impactar a sua eficiência financeira. Analisando a percepção sobre a importância do planejamento fiscal entre as 82 empresas que fazem a CLC, observa-se que a maioria, 41 empresas, considera-o Muito relevante. Para mais 22 empresas, o planejamento fiscal é percebido como Relevante (4 pontos), indicando a valorização estratégica desta prática para otimizar benefícios fiscais e agregar valor às operações empresariais. Por outro lado, para 9 empresas, o planejamento fiscal é classificado como nível 3 na escala de relevância. Apenas 6 empresas atribuem um nível 2 de relevância, e 4 empresas o consideram Pouco relevante. Estas variações na percepção refletem a diversidade de abordagens e estratégias adotadas pelas empresas ao encarar o planejamento fiscal. A interligação destes conceitos ressalta a influência da visão estratégica na implementação do planejamento fiscal, sendo visto por muitas das empresas que fazem a certificação como uma ferramenta crucial para otimização fiscal e criação de valor. Contudo, há ainda uma parcela que não adota ou atribui menor relevância ao planejamento fiscal, revelando a necessidade de maior educação ou conscientização sobre as suas potenciais vantagens.

Feitas as considerações quantitativas, passamos, a seguir, para a análise qualitativa da nossa amostra.

4.3. Análise de conteúdo

Neste capítulo, analisaremos de forma detalhada as conclusões provenientes do estudo qualitativo sobre a auditoria e a gestão empresarial, com base na informação abordada anteriormente, fazendo uma conexão com as temáticas debatidas na revisão da literatura. Este capítulo é crucial para a investigação, pois permite destacar as descobertas essenciais e evidenciar os aspetos que emergiram do nosso estudo. Importa referir que este estudo qualitativo foi realizado a partir das respostas das 82 empresas que realizam a Certificação legal de contas, tendo, com isso, a possibilidade de utilizar ou não os resultados da auditoria no planeamento da gestão financeira e fiscal do ano subsequente.

A apresentação dos dados seguirá uma sequência lógica e coesa, de acordo com as categorias e subcategorias que emergiram do nosso processo de análise, tal como se pode ver na Tabela 4.18, a seguir:

Tabela 4.18 - Categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias
Consideração de recomendações anteriores	Melhoria contínua e correção de erros
	Falta de atenção interna
Utilização de recomendações de auditores na gestão	Influência positiva da auditoria na gestão
	Influência na conformidade fiscal

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, inicialmente iremos ter o subcapítulo com a primeira categoria de análise, nomeadamente - Consideração de recomendações anteriores, que está composto por duas subcategorias, - Melhoria contínua e correção de erros e falta de atenção interna, esta análise minuciosa dos dados permitirá realçar informações pertinentes e as implicações que estas poderão ter no âmbito da fiscalidade e gestão.

Em seguida, avançaremos para a aproxima categoria, sobre as utilizações de recomendações das auditorias na tomada de decisões de gestão, explorando as suas vertentes/subcategorias: - Influência positiva da auditoria na gestão e - Influência na conformidade fiscal.

Esta abordagem estruturada possibilitará uma análise mais aprofundada, dando destaque aos aspetos mais relevantes e interpretando os dados de maneira rigorosa, sempre sustentada pela revisão da literatura anteriormente realizada. A integração desta análise proporcionará uma

compreensão mais completa do impacto da auditoria na gestão empresarial e na conformidade fiscal, enriquecendo a discussão e as conclusões finais.

4.3.1. Consideração de recomendações de revisões de contas anteriores

Com a análise desta categoria conseguimos perceber em que medida as empresas consideram as recomendações advindas das auditorias realizadas nos anos anteriores, particularmente no processo de preparação das demonstrações financeiras. Aprofundar esta compreensão é fundamental para captar o impacto da auditoria nas decisões de gestão empresarial. A questão primordial reside, na premissa de saber se as empresas estão a seguir e aplicar efetivamente as recomendações delineadas nas auditorias anteriores, o que poderia indicar uma influência positiva da auditoria na gestão empresarial. Este alinhamento pode traduzir-se numa gestão mais transparente, precisa e em conformidade com as melhores práticas contabilísticas e fiscais.

Contudo, durante a etapa de categorização mostrou-se igualmente relevante investigar o cenário oposto, ou seja, quando as recomendações da auditoria não estão a ser devidamente consideradas. Esta situação verificada nas respostas ao questionário pode suscitar dúvidas quanto à eficácia da auditoria e ao seu impacto verdadeiro na gestão da empresa. Questões pertinentes emergem, como se as áreas de materialidade foram suficientemente definidas, se o risco foi calculado de forma precisa, e se alguma área de grande relevância foi negligenciada. Além disso, poderia indicar lacunas no controlo interno da empresa e no uso apropriado dos recursos que as auditorias fornecem.

Em resumo, o entendimento da relação entre auditoria e tomada de decisões de gestão é um tema crucial nesta investigação. Analisar se as recomendações provenientes da auditoria são efetivamente consideradas e implementadas pode oferecer perceções valiosas sobre como a auditoria impacta a eficiência, a integridade dos dados financeiros, e a conformidade legal.

4.3.2. Melhoria contínua e correção de erros.

As análises iniciais revelaram que num total de 82 respostas, tivemos 23 respostas positivas, indicando que as empresas estão, de facto, a utilizar as recomendações dos auditores como um catalisador para a melhoria contínua. Expressões como “Sim, não repetir os mesmos erros” e “Sim, numa perspetiva de melhoria contínua” ilustram esta atitude proativa. Além disso, foram identificadas outras trinta e oito respostas positivas, todas reiterando um simples “sim”. Esta fusão de respostas reforça a importância atribuída a este fator. Em resumo tivemos 61 empresas a responder de forma positiva sobre o facto de na elaboração do relato financeiro terem em conta as considerações sobre as auditorias de anos anteriores, isto representa mais de metade das empresas analisadas.

A consideração das recomendações provenientes de auditorias anteriores é um pilar fundamental para promover o aprimoramento contínuo dos processos internos e dos processos de gestão de uma organização. Ao realizar auditorias, é possível obter uma avaliação independente e objetiva da integridade e precisão das informações contabilísticas e fiscais, identificando não apenas áreas de melhoria nos controlos internos, mas também propondo correções e melhorias com possíveis recomendações para a gestão (Taborda, 2015).

Ao levar em consideração as recomendações anteriores, a gestão pode implementar ações de melhoria contínua e também medidas de prevenção para abordar e melhorar as limitações e falhas identificadas. Isto inclui a revisão e o ajuste de políticas e procedimentos, o aprimoramento da comunicação e controlo interno, a capacitação e formação constante dos recursos humanos (Costa, 2018).

Além disso, a consideração cuidadosa das recomendações de auditoria demonstra um compromisso sério com a transparência e a responsabilidade perante os utilizadores das demonstrações financeiras, alinhando-se com as boas práticas de gestão. A integração proativa dessas recomendações na gestão estratégica, operacional financeira e fiscal reflete a procura constante pela excelência desempenho organizacional (Ferreira & Silva, 2018).

Por análise das respostas fornecidas no questionário, e pela nossa experiência profissional na área de auditoria, uma conclusão clara e significativa se destaca: as recomendações dos auditores são, de facto, utilizadas como um fator para promover a melhoria contínua. Este compromisso com a evolução constante é notável, como exemplificado por exemplo numa das empresas participantes, a Empresa n.º 7, que opera no setor de serviços.

Ao responder “Sim, não repetir os mesmos erros” (Empresa n.º 7), a empresa demonstra uma postura preventiva e um entendimento profundo do valor das auditorias anteriores. Esta

resposta vai além da simples aceitação das recomendações, reflete uma intenção de aprender com as experiências passadas e aplicar este conhecimento para evitar erros semelhantes no futuro. Além disso, ao analisar as informações fornecidas sobre a Empresa n.º 7, observamos que esta organização não apresentou reservas na última CLC emitida, isto sinaliza um compromisso com as práticas financeiras e contabilistas sólidas, verdadeiras, e em conformidade legal, uma gestão cuidadosa, contribuindo assim para a confiança e transparência nas demonstrações financeiras.

É relevante notar que a preparação das demonstrações financeiras na Empresa n.º 7 é realizada por um contabilista certificado, esta comunicação destaca a importância da competência profissional e especializada na condução das atividades contabilísticas e fiscais, na implementação eficaz das recomendações dos auditores.

Estes elementos combinados mostram não apenas a aplicação das recomendações dos auditores como um mecanismo de melhoria contínua, mas também a complementaridade, entre as práticas sólidas de gestão, competência profissional e uma abordagem proativa em relação à auditoria, elementos essenciais para garantir a qualidade, a transparência e a eficiência nos processos financeiros e, por extensão, na gestão como um todo na empresa.

A resposta afirmativa “Sim, com vista a corrigir erros ou potenciar valência” da empresa n.º 35, atuante no setor do comércio, fornece contributos importantes, sobre a forma como a empresa em questão encara as recomendações dos auditores. Esta empresa, classificada como pequena de acordo com os critérios estabelecidos - empresa com menos de 50 pessoas e com um volume de negócios anual e balanço total anual inferior a 10 milhões de euros -, demonstra um compromisso em aproveitar a auditoria como uma oportunidade para melhorar e maximizar o seu desempenho.

Note-se que a ausência de reservas na última CLC, sinaliza uma gestão financeira e fiscal, sólida e eficiente, enfatizando a credibilidade e a integridade das práticas contabilistas e corretas na empresa. Isto é especialmente relevante no contexto do comércio, onde a concorrência é intensa e a fidedignidade nas demonstrações financeiras desempenha um papel fundamental nas decisões dos investidores. A escolha de ter um contabilista certificado, como o responsável pela preparação das demonstrações financeiras reflete a preocupação da empresa em garantir que a tarefa, seja executada por um profissional qualificado e experiente.

No contexto de “com vista a corrigir erros ou potenciar valência”, a Empresa n.º 35 destaca-se como um exemplo de uma abordagem proativa para aprimorar a sua gestão e eficiência operacional. A resposta positiva da Empresa n.º 35, e o seu contexto de atuação no setor do comércio mostram que esta empresa, não vê a auditoria como um mero requisito

regulatório, mas como uma ferramenta estratégica para aprimorar suas operações, corrigir eventuais falhas e fortalecer sua posição no mercado, tal como nos mostram Taborda (2015) e Costa (2018).

Também temos a resposta afirmativa “Sim, com vista a otimização financeira e fiscal” da Empresa n.º 32, que revela como essa organização entende e aplica as sugestões dos auditores para melhorar a sua gestão e garantir conformidade com as leis fiscais. Esta empresa demonstra uma abordagem estratégica ao abordar as sugestões dos auditores, mais especificamente, na procura da otimização financeira e fiscal, o que sugere uma vontade de maximizar o uso eficaz dos recursos financeiros disponíveis, potencialmente assim minimizar custos e maximizar lucros, além disso, ao mencionar a otimização fiscal, a Empresa n.º 32, indica um compromisso com o cumprimento das leis tributárias de forma eficiente, procurando, assim, explorar as possibilidades legais para reduzir o impacto dos impostos, o que desempenha um papel essencial na estabilidade financeira e na competitividade no cenário empresarial.

Analisando as respostas das empresas n.º 60 e n.º 46, fica claro que ambas reconhecem a importância de seguir as recomendações dos auditores. A empresa n.º 60 destaca a relevância dessas recomendações para manter a continuidade, coerência e adequação das informações: “Sim, por uma questão de continuidade, coerência e informação adequada”. Por outro lado, a empresa n.º 46 valoriza a conformidade das contas com os requisitos legais como resultado da consideração dessas recomendações: “Sim, na procura da conformidade das contas com os requisitos legais”. Estas respostas ressaltam a preocupação com a precisão, conformidade e consistência das operações contábeis e financeiras, mostrando um compromisso com a transparência e conformidade legal.

Em conclusão, a consideração de recomendações anteriores de auditoria na gestão é uma abordagem estratégica fundamental para melhorar a eficiência, a integridade dos dados financeiros e a conformidade com a legislação em vigor, este processo contribui para a criação de uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua. Esta prática não apenas fortalece a eficiência e a integridade das informações financeiras, mas também assegura a adesão às normativas legais vigentes, consolidando uma cultura corporativa voltada para a constante evolução e refinamento. Neste contexto, transitaremos agora para a análise da subcategoria Falta de Atenção Interna, na qual vamos explorar em detalhe como a falta de atenção interna pode impactar a gestão e, conseqüentemente, a conformidade fiscal das organizações. Abordaremos exemplos e interpretações relevantes para uma compreensão aprofundada do papel da atenção interna na gestão eficaz e no uso das recomendações de

auditoria. Aprofundar esta análise irá permitir extrair conclusões sobre a influência da auditoria na gestão e na conformidade fiscal das empresas.

4.3.3. . Falta de atenção interna

Os resultados da análise inicial destacam um padrão consistente nas respostas das empresas. No total de 82 respostas, apenas 13 delas apresentaram uma visão negativa em relação à utilização das recomendações dos auditores como um impulso para a melhoria contínua. Além disso, nove respostas foram expressas de forma simples, com a palavra “não”, as restantes quatro respostas, indicavam situações como, “Não. Apesar das recomendações de auditoria não tem havido vontade da gerência em resolver as questões referidas.” ou “não, falta da atenção interna da empresa”. Em resumo, mais da metade das empresas pesquisadas, 13 não incorporam as recomendações das auditorias anteriores na elaboração dos relatórios financeiros.

Vimos que a gestão eficaz é fundamental para o sucesso e sobrevivência de qualquer empresa, independentemente do seu setor. Ela engloba o planeamento, a organização e a coordenação dos recursos disponíveis, e acaba por ser um dos papéis principais na gestão empresarial, como assegura Teixeira (2022). Cumpre referir que uma das principais funções da gestão é garantir a correta utilização dos recursos com o objetivo de otimizar o desempenho e a eficiência da organização. Nesse sentido, vimos que investigações científicas têm demonstrado que a gestão financeira desempenha um papel crucial no êxito das empresas em Portugal, onde as decisões dos gestores financeiros impactam de forma significativa o desempenho financeiro das organizações (Vieira, Henriques & Neves, 2018; Dinis & Pereira, 2019).

Assim, quando nos deparamos com a temática Falta de atenção interna, percebemos que esta está relacionada, com a gestão financeira, pois a atenção interna refere-se à capacidade da organização de gerir eficazmente os recursos internos, incluindo a sua atenção aos pormenores financeiros e contabilísticos (Teixeira, 2022). É neste contexto que os resultados obtidos nesta investigação ganham relevância.

Ao analisar atentamente os resultados desta investigação, é evidente que muitos dos desafios enfrentados pelas organizações estão intrinsecamente ligados à falta de atenção interna ou motivação da gerência para melhoria e mudança nos processos, este é um ponto crucial, pois revela uma lacuna significativa na eficácia da gestão em lidar com as recomendações das auditorias.

Um caso exemplar é a empresa n.º 44, classificada como uma empresa média, com uma CLC que apresentou reservas. Além disso, a empresa expressou uma preocupação adicional ao reconhecer que o trabalho de auditoria tem sido desvalorizado pela gerência. Lamentavelmente, este aspeto é tido em conta, predominantemente como um dever legal, em vez de ser visto como uma oportunidade valiosa e significativa para aprimorar os métodos e funcionamento da empresa: “Infelizmente o trabalho de auditoria tem sido desvalorizado pela gerência. É visto quase como uma mera obrigação e o trabalho não é aproveitado para incrementar melhorias nos procedimentos da empresa”.

Esta atitude da gerência, evidenciada na declaração apresentada no parágrafo anterior, reflete uma falta de compromisso em abordar questões críticas identificadas pelas auditorias anteriores. A falta de ação subsequente pode ser resultado direto da ausência de uma gestão orientada para corrigir falhas e otimizar plenamente as capacidades da organização, e poderá também ser uma das razões pela qual a empresa apresenta reservas na sua certificação de contas, pois não há empenho, ou compromisso na melhoria.

Na nossa perceção, estes elementos em conjunto salientam a necessidade urgente de uma mudança na abordagem da gestão em relação ao processo de auditoria. É vital que as recomendações dos auditores sejam vistas como mais do que meras formalidades, devem ser encaradas como um recurso valioso para impulsionar melhorias dentro da organização, com vista a fortalecer, assim a integridade dos dados financeiros e a eficiência operacional. A efetiva implementação dessas recomendações pode representar uma vantagem competitiva substancial.

No entanto, também foi observado que, em alguns casos a atenção interna era direcionada para a resolução de problemas e para o aprimoramento das capacidades organizacionais, como a empresa n.º 35, ao responder “Sim, com vista a corrigir erros ou potenciar valências”. Este enfoque voltado para a correção de erros e para a otimização das competências da organização reflete uma gestão atenta e comprometida com a eficiência e eficácia dos processos internos.

Adicionalmente, os dados evidenciaram que a atenção interna também está relacionada com o facto de melhorar o desempenho e potencializar os lucros, evidenciado pela resposta da empresa n.º 52, “Sim, para um melhor desempenho e melhoria dos lucros”. Este resultado mostra também o entendimento que a relevância da gestão financeira eficaz possui para alcançar lucros consistentes e o crescimento sustentado da organização, podemos também verificar que as contribuições dos auditores durante o processo de auditoria são cruciais para auxiliar nesta eficiência, facto corroborado por Alves (2015) quando nos diz que temos que ver a auditoria como um processo de coleta e avaliação de evidências sobre determinado assunto,

visando relatar o grau de correspondência entre esse tema e os critérios estabelecidos para o mesmo. Esses temas podem se apresentar sob a forma de informações financeiras ou não financeiras, processos, operações, resultados ou mesmo o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes. Esta perspectiva adiciona um entendimento mais completo sobre a abrangência da auditoria e a sua influência na gestão empresarial. Nesse sentido, ao considerarmos a auditoria como um instrumento valioso que avalia e informa sobre diversos aspectos cruciais da organização, podemos reconhecer a sua importância para aprimorar não apenas a conformidade fiscal, mas também a eficácia operacional, a transparência e a responsabilidade corporativa. É um mecanismo essencial que proporciona informações essenciais para a tomada de decisões bem fundamentadas e para a manutenção de uma gestão financeira robusta, alinhada com os objetivos estratégicos da empresa. As recomendações dos auditores, nesse contexto, tornam-se guias valiosos para orientar e otimizar a gestão e, conseqüentemente, alcançar melhores resultados empresariais.

Desta forma, podemos concluir que a atenção interna é fundamental para uma gestão eficaz, e está intrinsecamente ligada à gestão financeira e aos dados que são fornecidos à empresa durante o processo de auditoria. A capacidade de corrigir erros, otimizar competências e melhorar o desempenho financeiro é crucial para enfrentar os desafios que podem surgir no ambiente empresarial, especialmente num contexto fiscal, financeiro e contábilístico.

Na sequência, na próxima etapa da nossa discussão, exploraremos a utilização de recomendações de auditoria na gestão, analisando como as empresas estão a conseguir aproveitar as recomendações de auditoria para melhorar suas práticas de gestão e sua conformidade fiscal. Este é um aspecto importante que destacará, ainda mais a influência da auditoria na tomada de decisões gerenciais e no desempenho financeiro das organizações.

4.4. Utilização de recomendações de auditores na gestão

Ao iniciarmos esta segunda categoria de análise, centramos a nossa atenção para a valiosa contribuição que as recomendações dos auditores oferecem à gestão empresarial. Neste cenário, a auditoria não se limita a uma avaliação independente; ela torna-se, um guia valioso para aprimoramentos na gestão.

As recomendações dos auditores devem ser representadas mais do que meras observações, são conselhos especializados que, se aplicados estrategicamente, podem melhorar, a eficiência operacional e fortalecer a integridade financeira.

A conexão entre auditoria e gestão é um caminho de duas vias, é uma simbiose na qual a auditoria fornece contributos, mas cabe à gestão interpretar e implementar essas recomendações de forma eficaz. Assim, a gestão deve conseguir e ser capaz de perceber que, ao seguir essas orientações, não apenas cumpre com as expectativas dos auditores, mas também promove uma cultura de melhoria contínua, alimentando a eficácia empresarial e o sucesso a longo prazo.

Esta dinâmica revela a necessidade de uma relação colaborativa e benéfica entre a auditoria e a gestão. A gestão deve estar aberta a absorver, compreender e implementar as recomendações dos auditores de maneira estratégica, considerando-as como um instrumento valioso para aprimorar a eficiência, a transparência e a conformidade. Ao fazer isso, o mundo empresarial, não apenas otimiza os seus processos, mas também fortalecem sua reputação e confiança no mercado. Este é um aspeto crítico que aprofundaremos na continuidade de nossa discussão.

4.4.1. Influência positiva da auditoria na gestão

Nesta secção é importante frisar que dentro das 82 respostas, 54 empresas responderam “Sim”, no entanto apenas 17, deram informações adicionais. Importante também frisar que apenas 20 empresas responderam que não utilizam as recomendações da auditoria.

Note-se que a auditoria é uma ferramenta poderosa que proporciona uma avaliação independente e objetiva da integridade e precisão das informações contabilísticas de uma organização (Taborda, 2015). Esta análise minuciosa também oferece uma visão clara e transparente da saúde financeira da empresa, sendo um fator crucial na tomada de decisões estratégicas (Simovic & Perovic, 2018).

Ao analisarmos os dados obtidos nesta investigação, especificamente no âmbito da Influência Positiva da Auditoria na Gestão, percebemos claramente que, tal como apresentado pelos autores apresentados na revisão da literatura, a auditoria desempenha um papel crucial na tomada de decisões das organizações. Um exemplo é a Empresa n.º 6, atuante no setor do turismo e imobiliário, que expressou a relevância da auditoria afirmando: “Sim, é relevante para a decisão”.

Esta empresa, classificada como Não PME, reforça a importância da auditoria ao destacar os benefícios que proporciona. Ela percebe a auditoria como, não apenas como um processo de conformidade regulatória, mas como uma fonte valiosa de contributos, para a gestão. A empresa ressalta que a auditoria contribui para a credibilidade das demonstrações

financeiras, identifica más práticas contabilísticas e melhora o cumprimento e planeamento fiscal. Além disso, a empresa em questão reconhece que a auditoria é essencial na prevenção de contraordenações definidas no sistema de normalização contabilística e na deteção e prevenção de práticas fraudulentas: “Dá credibilidade às demonstrações financeiras, identifica más práticas contabilísticas, melhora o cumprimento e planeamento fiscal, previne contraordenações definidas no sistema de normalização contabilística e descobre e prevenir práticas fraudulentas”.

Ao mencionar que a auditoria é relevante para a tomada de decisão, a Empresa n.º 6, salienta a necessidade de ter um termo de comparação e de procurar melhorias constantes. Isto indica que a auditoria não é vista apenas como uma formalidade, mas como uma ferramenta importante, que ajuda a empresa a avaliar o seu desempenho, identificar áreas de melhoria e aprimorar as suas práticas contabilísticas e fiscais.

De salientar que no contexto do setor do turismo e imobiliário, onde a empresa se insere, a gestão eficaz e as decisões fundamentadas são vitais para um bom desempenho. Vimos que a empresa reconhece que a auditoria desempenha um papel essencial para garantir a integridade das informações financeiras e, assim, influencia diretamente as decisões estratégicas e operacionais. Este é um testemunho claro de como a auditoria é percebida como um recurso valioso para uma gestão eficaz e bem informada, não apenas para cumprir exigências legais, mas para impulsionar o sucesso e a sustentabilidade do negócio.

Esta influência não se limita apenas à conformidade com as diretivas europeias e internacionais, mas também se estende à capacidade de aprimorar os processos internos e, conseqüentemente, a gestão organizacional como é possível verificar na resposta da empresa n.º 14, nomeadamente, “Sim, para estar de acordo com as diretivas europeias e internacionais”.

A empresa n.º 1, ao expressar que “Com auditoria conseguimos demonstrar dados mais corretamente”, e afirmar que as auditorias “Podem ser úteis para melhorar procedimentos de trabalho”, está a destacar a relevância da auditoria na garantia da precisão e qualidade das informações financeiras e operacionais apresentadas pela organização.

Quando a empresa menciona que a auditoria ajuda a demonstrar os dados de forma mais correta, ela está a reconhecer que este processo, independente de avaliação e verificação, contribui para assegurar que as informações contabilísticas e financeiras são precisas, confiáveis e estão em conformidade com os princípios fiscais e tributários, aplicáveis e com as normas legais e regulatórias.

Esta precisão nas demonstrações financeiras é crucial para que as pessoas que interagem com a empresa, sejam eles investidores, credores, parceiros comerciais, ou órgãos reguladores,

possam confiar nas informações apresentadas pela empresa para tomar decisões informadas e seguras. A auditoria, nesse sentido, funciona como um mecanismo de validação e credibilidade das informações divulgadas.

Quando a empresa destaca que a auditoria pode ser útil para melhorar os procedimentos de trabalho, ela está a sinalizar que os processos internos e práticas operacionais podem ser aprimorados a partir das recomendações, proporcionados pelos auditores. A auditoria não é apenas uma análise retrospectiva, mas também uma oportunidade de aprendizado e melhoria contínua.

Os auditores, ao identificarem pontos de melhoria e boas práticas durante a auditoria, oferecem recomendações valiosas para otimizar os processos internos da empresa. Estas recomendações podem abranger desde melhorias nas práticas contabilísticas, até a implementação de controlos mais eficazes e eficientes. Desta forma, a auditoria não apenas valida a precisão dos dados, mas também contribui para aprimorar a eficiência operacional e a conformidade com as melhores práticas do setor.

Em suma, assim como muitas outras, a empresa n.º 1 reconhece que a auditoria vai além da conformidade e desempenha um papel ativo na otimização dos processos internos e na garantia da qualidade das informações apresentadas, melhorando assim a tomada de decisões e promovendo uma cultura de melhoria contínua dentro da organização.

Importa sublinhar que a auditoria, ao identificar discrepâncias e práticas inadequadas nos registos contabilísticos e nos procedimentos financeiros, proporciona à empresa a oportunidade de corrigi-las antes que resultem em consequências prejudiciais ou fraudes fiscais (Costa, 2018). Portanto, este processo de correção contribui de maneira eficaz para uma evolução na eficiência do controlo interno e, por conseguinte, para uma gestão mais eficaz da organização, como podemos ver na empresa n.º 21: “Sim. Permite uma melhoria nos processos e consequente melhoria na gestão da organização”.

Além disso, as recomendações resultantes da auditoria permitem à gestão melhorias e tomada de decisões mais acertadas: “Sim, pois com essas recomendações e a gestão que é feita, procuro encontrar melhorias e ter decisões mais acertadas.” (Empresa n.º 52). Por conseguinte, a interação entre a gestão e auditoria externa traduz-se num mecanismo para auxiliar nas tomadas de decisões: “Sim, quando solicitamos questões ao auditor externo é para nos ajudar nas tomadas de decisões.” (Empresa n.º 74).

Em conclusão, a auditoria desempenha um papel crucial ao fornecer uma avaliação imparcial e precisa das operações de uma organização. Isto não apenas eleva a transparência e integridade no ambiente de negócios, mas também tem um impacto positivo na gestão

empresarial. Ao identificar áreas de melhoria e oferecer recomendações valiosas, a auditoria impulsiona a otimização dos processos internos e fortalece o controlo interno, resultando em decisões estratégicas mais informadas. Esta influência positiva da auditoria é ampliada no contexto da conformidade fiscal, ao melhorar os processos e práticas internas, a empresa está mais bem preparada para atender às obrigações fiscais de maneira precisa e em conformidade com a legislação.

A próxima secção, *Influência na Conformidade Fiscal*, aprofundará essa interação entre a auditoria e a conformidade fiscal, demonstrando como a auditoria pode moldar e fortalecer a postura fiscal da empresa. Vamos explorar este importante elo entre auditoria e fiscalidade.

4.4.2. Influência na conformidade fiscal

Dentro do processo de tomada de decisão, a auditoria também desempenha um papel fundamental no processo de gestão financeira e na conformidade fiscal das organizações, como já referido anteriormente, proporcionando uma avaliação independente e objetiva da integridade e precisão das informações contabilísticas (Taborda, 2015). No contexto da *Influência na conformidade fiscal*, podemos destacar como a auditoria contribui diretamente para a conformidade fiscal e a gestão adequada das obrigações fiscais, nomeadamente das seguintes formas: (i) na precisão, a auditoria ajuda a garantir que as declarações fiscais estejam corretas e precisas evitando assim os erros que poderiam levar a penalidades ou questionamentos por parte das autoridades fiscais; (ii) na redução de riscos fiscais, identificando possíveis discrepâncias ou não conformidades antecipadamente a auditoria permite que a empresa corrija esses problemas antes que se tornem questões legais; e, também, (iii) na tomada de decisões informadas, uma base sólida de conformidade fiscal, confirmada por auditorias, permite que as empresas tomem decisões financeiras informadas e de longo prazo, proporcionando estabilidade e o planeamento adequado.

Um dos resultados mencionados foi que a auditoria revela possíveis erros anteriores e auxilia gestão, nomeadamente na preparação das demonstrações financeiras mais precisas, “A auditoria vem revelar os possíveis erros anteriores pelo que é importante e ajuda numa melhor gestão com vista a preparar uma melhor demonstração financeira” (Empresa n.º 9). Esta revelação é vital para a conformidade fiscal, pois as demonstrações financeiras precisas são a base para determinar a carga tributária correta e evitar problemas fiscais no futuro.

Note-se que as recomendações resultantes da auditoria também desempenham um papel essencial: por exemplo, no planeamento fiscal efetivo, ao ajudar a empresa a cumprir as suas

obrigações fiscais de forma estratégica e eficiente, também ajuda no alinhamento com boas práticas e conformidade legal, as recomendações baseiam-se nas melhores práticas contábilísticas e fiscais atualizadas, bem como nas leis e regulamentos vigentes. Ao implementar essas recomendações, a empresa pode garantir que as suas operações estejam alinhadas com as melhores práticas do setor e estejam em conformidade com as leis fiscais em vigor,

Adicionalmente, as recomendações muitas vezes destacam áreas específicas que requerem melhorias nos procedimentos contábilísticos e fiscais da empresa: “As recomendações dadas são um fator essencial para que possa efetuar um planejamento fiscal e também para que a minha empresa esteja sempre identificada com as boas práticas” (Empresa n.º 73). Estas recomendações não apenas auxiliam na melhoria dos procedimentos contábilísticos e fiscais: “Melhoria dos procedimentos contábilísticos e fiscais” (Empresa n.º 32), mas também guiam o planejamento fiscal adequado, auxiliando no alinhamento das boas práticas, para uma conformidade fiscal e possível evasão fiscal involuntária, que ocorre quando uma pessoa ou empresa inadvertidamente comete erros ou omissões nas suas obrigações fiscais.

Além disso, a auditoria é um trabalho abrangente que pode afetar a gestão pontualmente, especialmente em questões de relevância, como dívidas antigas de clientes ou ativos imobilizados, tal como mencionado pela Empresa n.º 60: “A auditoria é um trabalho de âmbito mais lato, significando que afeta gestão pontualmente, embora nalgumas matérias de relevo, como por exemplo, questões de dívidas antigas de clientes, ou o imobilizado”. Cumpre destacar que estas análises direcionadas podem ter um impacto significativo na conformidade fiscal da organização, identificando áreas que precisam de atenção para cumprir as leis fiscais.

As respostas obtidas ao questionário confirmam o que apresentámos na revisão da literatura sobre a interação entre a auditoria e a gestão ser evidente, e esta dinâmica resulta em melhorias contínuas e decisões mais informadas: “Sim, pois com essas recomendações e a gestão que é feita, procuro encontrar melhorias e ter decisões mais acertadas.” (Empresa n.º 52). Percebemos que esta procura por melhorias está diretamente alinhada com a procura pela conformidade fiscal efetiva e pela gestão financeira responsável, e, por consequência também a gestão fiscal. A auditoria, ao fornecer recomendações fundamentadas e análises aprofundadas, guia a gestão na identificação de áreas de melhoria. Estas sugestões são valiosas para aprimorar os processos, corrigir possíveis erros e implementar práticas mais eficazes. Dessa forma, a empresa procura continuamente melhorias, o que é crucial para o seu desenvolvimento e competitividade no mercado.

Em adição, ao seguir as recomendações da auditoria, a gestão está indiretamente a fortalecer a gestão fiscal e financeira da empresa, e isto pode envolver a implementação de estratégias fiscais mais eficazes, o uso adequado de incentivos fiscais, a identificação e mitigação de riscos fiscais, e a garantia de conformidade com a legislação tributária.

Além de Taborda (2015), outras investigações reforçam esta influência positiva da auditoria na conformidade fiscal. Segundo Zhang et al. (2022), a auditoria fornece uma base sólida para a conformidade fiscal, ao garantir a precisão das informações contabilísticas e financeiras. As recomendações da auditoria também são cruciais para aprimorar os procedimentos contabilísticos e fiscais, levando a uma melhor conformidade com as regulamentações fiscais, fazendo assim face ao cumprimento da legislação em vigor, como bem resume a Empresa n.º 32, “Melhoria dos procedimentos contabilísticos e fiscais”.

Também é importante refletir nas respostas da Empresa n.º 29, reflete a interconexão entre a auditoria e a conformidade fiscal, conforme discutido nesta secção. A empresa reconhece que todas as recomendações e observações resultantes da auditoria são fundamentais para aprimorar as demonstrações financeiras obrigatórias. Esta visão evidencia que a auditoria não se restringe à análise retrospectiva, é vista como uma oportunidade de melhorar e estar em conformidade com as normas contabilísticas e fiscais e isto é crucial para garantir conformidade fiscal adequada, “Todas as recomendações e/ou observações servem para implementar procedimentos para melhorar as demonstrações financeiras obrigatórias ou para inovar novas formas de informação.” (Empresa n.º 31).

É importante destacar que o diretor financeiro é responsável de preparar as demonstrações financeiras. Isto indica que a influência da auditoria na conformidade fiscal é direta, pois o diretor financeiro, como parte integrante da equipa de gestão, aplica as recomendações da auditoria para aprimorar a qualidade e a precisão das demonstrações financeiras, o que, por sua vez, afeta positivamente a conformidade fiscal da empresa.

Além disso, a classificação da empresa como média, com um certo volume de empregados e um determinado volume de negócios anual, ressalta a complexidade fiscal que ela enfrenta diariamente. Portanto, a influência positiva da auditoria na conformidade fiscal é fundamental para garantir que a empresa cumpra todas as obrigações fiscais de maneira precisa e dentro dos parâmetros legais adequados.

De forma concisa, a resposta da Empresa n.º 29 revela que a auditoria não é apenas uma ferramenta de verificação, mas é uma fonte valiosa para melhorar as informações fiscais, como temos vindo a mencionar, e, assim, contribuir diretamente para a conformidade fiscal eficaz. O

papel crucial do diretor financeiro na implementação dessas melhorias é evidente, e a empresa reconhece a importância contínua da auditoria para aprimorar o seu trabalho.

Em suma, a auditoria desempenha um papel vital na influência da conformidade fiscal e na gestão financeira adequada no mundo empresarial. Através da identificação de erros, recomendações para melhorias e análises direcionadas, a auditoria é uma ferramenta essencial para garantir que as empresas, estejam em conformidade com as obrigações fiscais e adotem boas práticas na gestão financeira.

Entramos assim, na fase final da nossa investigação, com o fecho da nossa discussão e resultados, no capítulo seguinte iremos fazer uma conclusão final sobre o nosso trabalho e ter em conta considerações finais.

5. Conclusão

Esta investigação, foi conduzida com o propósito de explorar a relevância para as empresas localizadas no distrito de Faro que realizam a Certificação Legal de Contas. Dada a complexidade do tema, a abordagem adotada não foi exaustiva em termos do número de empresas analisadas. No entanto, foi estruturada de forma clara e direta, facilitando a obtenção de respostas das empresas. Assim, conseguimos oferecer uma perspetiva mais abrangente sobre o impacto da auditoria na gestão empresarial, visando entender a sua relação com as práticas tributárias.

A presente investigação teve como objetivo principal responder à questão central: "Será que os resultados da auditoria anual são utilizados para as decisões da gestão empresarial dos anos seguintes?". Esta indagação orientou o caminho da nossa investigação, que buscou entender de que forma as recomendações provenientes das auditorias anuais podem influenciar e moldar as estratégias de gestão empresarial, adotadas pelas empresas, especialmente no âmbito fiscal e financeiro.

No âmbito de alcançar o objetivo central desta investigação, percorremos um caminho que passou pelo aprofundamento de conceitos, para de seguida chegarmos ao terreno e conhecermos a realidade das empresas do distrito de Faro.

Adicionalmente, ao delinear os objetivos secundários da dissertação, ambicionámos fornecer uma compreensão ampla e abrangente de temas cruciais. Isto incluiu uma análise detalhada dos conceitos de auditoria, gestão financeira, gestão fiscal, controlo interno e evasão fiscal. A abordagem foi ainda mais detalhada, pois envolvemos a análise da legislação pertinente à auditoria, compreender como as empresas combatem à fraude e evasão fiscal, tendo ou não recurso às auditorias. Além disso, percebemos como o controlo interno de uma empresa tem impacto na sua auditoria.

Assim, na construção da nossa revisão da literatura, além da conceptualização da auditoria, foi fundamental uma exploração aprofundada dos conceitos de gestão fiscal e financeira dentro da gestão empresarial, pois ao considerarmos a relevância da gestão fiscal e financeira no nosso estudo, estaremos mais aptos a identificar as práticas eficazes que as empresas do distrito de Faro podem adotar para maximizar o uso dos resultados das auditorias. Isso inclui a implementação de estratégias para melhorar o controlo interno, aprimorar a gestão financeira, realizar uma orçamentação mais precisa e fortalecer a gestão fiscal, tudo isso promove a prevenção de fraudes e evasão fiscal.

Assim, ao analisarmos como incorporar esses conceitos na sua gestão empresarial pós-auditoria, poderemos fornecer recomendações atualizadas para aprimorar as práticas existentes e promover um ambiente de negócios mais sólido e confiável na região.

Deste modo, procurámos desvendar não apenas a essência desses conceitos, mas também compreender de forma minuciosa como estão interconectados e adicionalmente, como as empresas podem estrategicamente utilizar as recomendações dos auditores em prol do seu benefício.

Na sequência, a etapa metodológica assume uma importância inquestionável no âmbito deste estudo. Nela, apresentámos minuciosamente o desenho metodológico adotado e o plano de investigação, delineando os métodos empregados na recolha e análise dos dados quantitativos e qualitativos, bem como a nossa estratégia para abordar as questões de pesquisa propostas. A abordagem metódica desta secção é de suma importância, uma vez que a sua abordagem metódica é fundamental para garantir a solidez e a confiabilidade da nossa investigação.

De posse de todos os dados, no contexto específico das empresas localizadas no distrito de Faro, que são obrigadas a conduzir auditorias anuais, aprofundamos o nosso estudo. Este segundo momento de investigação, envolveu um questionário elaborado meticulosamente, contendo questões específicas sobre a temática em questão. Este questionário foi direcionado a todas as empresas a que tivemos acesso, mas a parte essencial para o nosso estudo foi exclusivo às empresas que cumpriram os requisitos para elaborar a Certificação Legal de Contas. Assim, a análise das respostas destas empresas ofereceu-nos contributos valiosos sobre a aplicação prática das auditorias anuais e a sua influência nas decisões de gestão empresarial para os anos subsequentes.

Ao explorar as respostas provenientes de diversas empresas, deparamo-nos com uma clara tendência positiva em relação à utilidade dos contributos fornecidos pelos auditores. Estas empresas fazem uso destes contributos de várias maneiras, demonstrando a riqueza de oportunidades que a auditoria proporciona. Entre as tendências identificadas, destaca-se a utilização da auditoria como uma ferramenta essencial para aprimorar o relato financeiro e garantir conformidade fiscal. Várias empresas consideram que a auditoria é um mecanismo vital para a melhoria contínua e a correção de erros, o que evidencia a sua natureza benéfica e construtiva.

A procura pela conformidade fiscal é um pilar crucial para qualquer empresa, pois a fiscalidade muda com muita volatilidade e, por isso, ter o reforço dos auditores para a conformidade é essencial. Estar em conformidade com as leis fiscais não apenas assegura a

integridade e legalidade das operações da empresa, mas também minimiza o risco de penalidades legais e financeiras. Nesse sentido, os auditores desempenham um papel fundamental ao fornecerem uma avaliação independente e experiente das práticas contábilísticas e fiscais da empresa, ajudando a garantir que todas as obrigações fiscais estejam em obediência. Isto, por sua vez, fortalece a reputação da empresa e constrói confiança com os utilizadores principais das demonstrações financeiras, contribuindo para um ambiente de negócios seguro e sustentável. Refere-se também à adesão estrita às leis fiscais e regulamentos que regem uma determinada jurisdição.

A melhoria contínua e correção de erros representam uma abordagem dinâmica para o aprimoramento dos processos e operações empresariais. Ao reconhecer que sempre que há um espaço para melhorias, as empresas esforçam-se para identificar ineficiências e falhas, corrigindo-as de maneira proativa. A auditoria, ao fornecer uma análise detalhada e imparcial das operações, desempenha um papel significativo nesse contexto, apontando áreas onde as práticas podem ser aprimoradas, e erros podem ser corrigidos para garantir uma operação mais eficiente e precisa.

Cumpre sublinhar que a credibilidade é um ativo intangível valioso para qualquer organização. Refere-se à confiança que as partes interessadas têm na precisão e confiabilidade das informações fornecidas pela empresa. Sem dúvida, a auditoria desempenha um papel vital na garantia dessa credibilidade. Ao submeter as demonstrações financeiras a uma avaliação independente e rigorosa, a empresa está a sinalizar a transparência e responsabilidade, ganhando confiança para o meio externo. Esta credibilidade é fundamental para manter relacionamentos comerciais saudáveis e para atrair investimentos e oportunidades de crescimento.

Por isso, em resumo, podemos afirmar que a grande maioria das empresas analisadas, no distrito de Faro reconhecem e valorizam a auditoria não apenas como um processo obrigatório, mas como uma ferramenta estratégica que pode impulsionar a conformidade fiscal, promover a melhoria contínua e fortalecer a credibilidade. Ao adotar uma abordagem positiva em relação às recomendações dos auditores, estas empresas conseguem não apenas atender às exigências regulatórias, mas também otimizar as suas operações e aumentar a confiança de todas as partes envolvidas nas suas atividades.

De sublinhar que durante o curso de nossa investigação, deparamos-nos com desafios inerentes à obtenção de respostas abertas das empresas investigadas. Algumas organizações não apresentaram um desenvolvimento tão aprofundado das suas ideias quanto desejávamos, o que ressaltou a necessidade de estratégias mais eficazes para recolher dados qualitativos substanciais. Percebemos que existe uma via promissora para investigações futuras ao

considerar a implementação de uma avaliação de desempenho quantitativa, segmentada por áreas de atuação. Acreditamos que esta abordagem possibilitaria uma medição mais precisa da evolução das empresas ao longo dos anos, permitindo estabelecer correlações significativas com os processos de auditoria anual.

Assim, a introdução de uma avaliação de desempenho quantitativo, distribuída de forma precisa entre as diversas áreas de operação das empresas, pode agregar um valor substancial à investigação. Esta métrica quantitativa poderia oferecer uma visão objetiva do progresso das organizações, facilitando a análise do seu desenvolvimento em termos tangíveis. Ao correlacionar estes dados quantitativos com os resultados das auditorias anuais, poderíamos elucidar padrões e tendências emergentes, proporcionando uma compreensão mais unificada do impacto dessas auditorias nas práticas empresariais e no desempenho geral. Esta abordagem quantitativa expande as perspectivas de investigações futuras, proporcionando um caminho para uma análise mais aprofundada das complexas interações entre a conformidade legal, as atividades operacionais e a evolução das empresas ao longo do tempo.

No contexto desta investigação, é fundamental reconhecer a relevância da conclusão como ponto de culminância e reflexão final. Ao revisitarmos o problema inicial delineado na introdução, somos levados a reconhecer as contribuições substanciais desta investigação. A aplicação das metodologias adotadas revelou-se consistente, permitindo uma análise aprofundada do tema e uma compreensão mais clara dos desafios enfrentados pelas empresas no cumprimento das obrigações contábilísticas e fiscais.

Além disso, a integração da proposta de avaliação de desempenho quantitativo acrescenta uma dimensão promissora para investigações posteriores, indicando novos caminhos para uma investigação mais abrangente sobre a relação entre conformidade legal, desempenho empresarial e processos de auditoria anual. Esta conclusão serve como um ponto de partida, propondo assim futuras investigações que levam a explorar e aprofundar estas perspectivas, enriquecendo assim o campo do conhecimento nesta área.

Nesta investigação, conseguimos, de maneira geral, fornecer respostas às questões iniciais. Apesar de ter uma abordagem ampla, porém precisa e gerando resultados positivos.

No entanto, percebemos que ainda há margem para investigações mais aprofundadas e específicas. As lacunas identificadas abrem perspectivas promissoras para futuras investigações, incluindo a exploração da implementação prática da avaliação de desempenho quantitativo proposta, a sua eficácia na orientação das práticas empresariais e seu impacto direto na integridade e eficiência dos processos de auditoria. Além disso, a análise das variáveis que

podem influenciar os resultados desta avaliação e seu papel na tomada de decisões estratégicas seria um caminho relevante para pesquisas posteriores.

Estas futuras investigações contribuirão para um entendimento mais profundo e detalhado do panorama empresarial, oferecendo assim contributos valiosos para aprimorar políticas e estratégias empresarias.

Estamos convictos de que, ao explorar as complexidades, particularidades e desafios deste ambiente empresarial dinâmico, a nossa investigação desempenhou um papel substancial e pioneiro, no acréscimo do conhecimento nesta área.

A nossa dedicação constante em perseguir e aprimorar práticas de excelência, demonstra a nossa determinação em entender esta temática.

Estamos convictos de que as descobertas e perspectivas obtidas impulsionarão, discussões produtivas e inspiração para investigações adicionais e futuras, contribuindo para um desenvolvimento empresarial mais sólido e sustentável.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. (2015). *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. Edições Sílabo.
- Araújo, J. (2009). A experiência da implementação da Gestão Orientada para os Resultados em Portugal. *Revista Enfoques: Ciência Política y Administración Pública*, 7(11), 131-153.
<http://www.revistaenfoques.cl/index.php/revista-uno/article/view/165>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1992). *Qualitative Research in Education*. Boston: Allyn and Bacon.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5th ed.). Oxford University Press.
- Cardoso, T., Alarcão, I. & Celorico, J. (2010). *Revisão da literatura e sistematização do conhecimento*. Porto: Porto Editora.
- Chambers, R. (1995). *An Accounting Thesaurus 500 Years of Accounting*. Oxford: Elsevier Science.
- Chong, H. G. (2015). A Review on the Evolution of the Definitions of Materiality. *International Journal of Economics and Accounting*, 6(1), 15-32.
- Clemente-Almendros, J. A., & González-Cruz, T. (2022). Family involvement and proactive tax management behaviour in private family SMEs. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*. <https://doi.org/10.1108/ijebr-01-2022-0021>
- Costa, C. (2018). *Auditoria Financeira Teoria e prática*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Coutinho, P. C. (2019). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Sage Publications.
- Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de setembro. *Código das Sociedades Comerciais (CSC)*.
- Dinis, A.; Pereira L. (2019). Os incentivos fiscais às empresas em sede de IRC: breves reflexões sobre os benefícios fiscais ao investimento em Portugal. *Revista GESTIN*, n.os 18/19, pp. 9-26
- Ege, M., Seidel, T. A., Sterin, M., & Wood, D. A. (2022). The Influence of Management's Internal Audit Experience on Earnings Management†. *Contemporary Accounting Research*. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12770>
- Ferreira, S. J. P., & Silva, V. J. (2018). *Princípios de Gestão Financeira*. Lisboa: Rei dos Livros
- Freixo, V. J. M. (2018). *Metodologia Científica*. Lisboa: Edições Piaget.

- Guimarães, D., Inácio, H., & Marques, R. P. (2018). The perception of the internal audit contribution to the control of indebtedness in Portuguese municipalities: *The case study of the north and center region*. 2018 13th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). <https://doi.org/10.23919/cisti.2018.8399458>
- Hill, R. P., Sauer, P. L., & Howie, S. L. (2017). The impact of financial management practices and financial attitudes on the relationship between materialism and compulsive buying. *Journal of Business Ethics*, 142(4), 749-766.
- Hybka, M. M. (2022). Performance of tax investigations and tax sanctions for income concealment in Poland. *Prace Naukowe Uniwersytetu Ekonomicznego We Wrocławiu*, 66(3), 25–37. <https://doi.org/10.15611/pn.2022.3.03>
- Internal Auditing Learning* | The IIA. (n.d.). [Www.theiia.org](http://www.theiia.org). Retrieved September 12, 2023, from <https://www.theiia.org/en/learning>
- Ivanchenkova, L. V., Stepanenko, S. V., & Yevtushevskaya, O. O. (2022). Financial and Tax Management in the Enterprise Management System. *Business Inform*, 4(531), 125–129. <https://doi.org/10.32983/2222-4459-2022-4-125-129>
- Johnson, B., & Christensen, L. (2017). *Educational Research: Quantitative, Qualitative, and Mixed Approaches* (6th ed.). SAGE Publications.
- Lederman, L. (2019, February 22). *The Fraud Triangle and Tax Evasion*. [Papers.ssrn.com](http://papers.ssrn.com). https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3339558
- Lei nº 15/2001, de 5 de junho. Regime Geral das Infrações Tributárias. *Diário da República*: Série I-A, n.º 130. <https://diariodarepublica.pt>.
- Lei nº 99-A/2021, de 31 de dezembro. Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. *Diário da República*: Série I, n.º253. www.pgdlisboa.pt
- Marques, D. L., Magalhães, V. A., & Gonçalves, M. (2019). *Casos e escândalos financeiros internacionais: uma revisão da literatura* (p. https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xvii_cica/finais_site/33.pdf) [Review of *Casos e escândalos financeiros internacionais: uma revisão da literatura*]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Ordem dos Contabilistas Certificados.
- Newman, W., Muzvuwe, F., & Stephen, M. (2021). The impact of the adoption of data analytics on gathering audit evidence: A case of KPMG Zimbabwe. *Journal of Management Information and Decision Sciences*, 24(5), 1-15.
- Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas. Retrieved September 15, 2023, from <https://www.oroc.pt/acesso-a-profissao/>

- Paramasivan, C. & Subramanian, T. (2009). *Financial management*. New Delhi New Age International.
- Pereira, M. (2023). *Fiscalidade*. Lisboa: Almedina
- Porto, F., & Carrizo Moreira, A. (2021). Financial Management Behaviors in Family Firms: The Role of Resources. *Management Decision*.
- Quinn, S. (2017). “The Miracles of Bookkeeping”: How Budget Politics Link Fiscal Policies and Financial Markets. *American Journal of Sociology*, 123(1), 48–85. <https://doi.org/10.1086/692461>
- Rahman, A. N. H., Hamzah, N., Jamaluddin, A., & Aziz, K. A. (2019). Establishing an Effective Internal Control System for Fraud Prevention: A Structured Literature Review. *Asia-Pacific Management Accounting Journal*, 14(3), 21–47. <https://doi.org/10.24191/apmaj.v14i3-02>
- Sampaio, R. C. & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação* (Escola Nacional de Administração Pública ed.). Enap. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_fi_nal.pdf
- Silva, S., & Aleixo, M. da C. (2019). *Divulgação da informação das concentrações de atividades empresariais e a certificação legal das contas: um estudo longitudinal*. Comum.rcaap.pt. <http://hdl.handle.net/10400.26/30260>
- Simovic, O., & Perovic, D. (2018). Function and importance of internal audit in hotel group “Budvanska Rivijera”. In *33rd International Scientific Conference on Economic and Social Development – “Managerial Issues in Modern Business”* – Warsaw, 26-27 september 2018. https://www.researchgate.net/profile/Maciej-Urbaniak/publication/340983807_THE_ROLE_OF_PROCESS_IMPROVEMENTS_TOOLS_IN_BUILDING_RELATIONSHIP_BETWEEN_SUPPLIERS_IN_INDUSTRIAL_GOODS_MARKET_Book_of_Proceedings_esdWarsaw2018_Online/links/5ea891e745851592d6a5e016/THE-ROLE-OF-PROCESS-IMPROVEMENTS-TOOLS-IN-BUILDING-RELATIONSHIP-BETWEEN-SUPPLIERS-IN-INDUSTRIAL-GOODS-MARKET-Book-of-Proceedings-esdWarsaw2018-Online.pdf#page=221.
- Stoica, C. (2015). Fiscal Management: Methods and Principles [Review of *Fiscal Management: Methods and Principles*]. *Ovidius” University Annals, Economic Sciences Series*, XV(1 /2015), 385–390.

- Taborda, G. M. M. (2015). *Auditoria Revisão legal das contas e outras funções do revisor oficial de contas*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Teixeira, S. (2022). *Gestão das Organizações*. Lisboa: Escolar Editora.
- The International Federation of Accountants, (2018). Handbook of International Standards on Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance and Related Services Engagements, Volume II, ISBN: 978-1-60815-389-3. Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados; Edição 2018, Parte I. OROC
- Vasile, E., & Croitoru, I. (2020). Financial Statements - Object of the Financial Audit. *Internal Auditing & Risk Management*, 4, 51–58. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4383076>
- Vieira, E., Henriques, A., & Neves, E. (2018). Fatores determinantes do desempenho das empresas portuguesas. *XXVIII Jornadas Luso-espanholas de Gestão Científica-Guarda*.1-16.
- Zhang, X., Husnain, M., Yang, H., Ullah, S., Abbas, J., & Zhang, R. (2022). Corporate Business Strategy and Tax Avoidance Culture: Moderating Role of Gender Diversity in an Emerging Economy. *Frontiers in Psychology*, 13. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.827553>

Apêndice 1 - Questionário

A Auditoria e a Gestão Empresarial: o caso das empresas do distrito d...

https://docs.google.com/forms/u/1/d/1-Yt9e1_5mq7ErYMs3jwPhnVy...

A Auditoria e a Gestão Empresarial: o caso das empresas do distrito de Faro.

Este questionário foi desenvolvido no âmbito da dissertação do mestrado em Fiscalidade, da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve e pretende avaliar de que forma a auditoria influencia a tomada de decisões de gestão nas empresas.

A sua participação é totalmente voluntária e pode desistir a qualquer momento. Todas as respostas serão mantidas em sigilo e em total anonimato, sendo apenas utilizadas para os fins deste estudo.

O questionário tem uma duração de aproximadamente 5 minutos.

Autorizo expressamente que os dados pessoais fornecidos neste questionário sejam conservados, tratados e utilizados exclusivamente no âmbito deste estudo, de acordo com as disposições do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da Universidade do Algarve. Tenho conhecimento de que posso exercer os meus direitos de proteção de dados, nomeadamente os direitos de informação, acesso, consulta, retificação, oposição ao tratamento ou apagamento, dentro do horário normal de funcionamento, através de contacto com o Gabinete da Proteção de Dados da UALG, pelo correio eletrónico rgpd@ualg.pt.

Termo de informação e consentimento

Muito obrigada pela colaboração!

Mestranda: Maria Lopes da Silva (a54448@ualg.pt)

Orientadores: Prof. Dr. Fernando Marques e Prof.a Doutora Celisia Baptista

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Autorizo expressamente o tratamento dos dados pessoais pela Universidade do Algarve, para efeitos de estudo realizado na investigação " A Auditoria e Gestão - Análise de empresas no distrito de Faro", de acordo com os termos de informação sobre tratamento de dados e a Política de Proteção de Dados que se encontram disponíveis em www.ualg.pt . Estou consciente de que posso retirar o consentimento ou exercer os direitos de proteção de dados, designadamente os direitos de reclamação, acesso, retificação, oposição, limitação do tratamento ou apagamento, através de contacto com o Encarregado da Proteção de Dados da Universidade do Algarve pelo correio eletrónico rgpd@ualg.pt, e caso assim o considere necessário, apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através dos contactos disponíveis em www.cnpd.pt. *

Marcar tudo o que for aplicável.

Termo de informação e consentimento

2. Tomei conhecimento dos termos e condições deste formulário/inquérito. *

Marcar tudo o que for aplicável.

Sim

3. Tomei conhecimento da Política de Privacidade da Googel Forms. *

Marcar tudo o que for aplicável.

Sim

4. Com que género se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

5. Indique a sua idade. *

Marcar apenas uma oval.

- 30 anos ou menos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- 60 ou mais anos

6. Indique as suas habilitações literárias: *

7. Indique a localização geográfica da organização em que se encontra a trabalhar:

8. Assinale a sua função na organização. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Diretor Financeiro
- Assistente financeiro
- Contabilista Certificado
- Técnico de Contabilidade
- Diretor
- Sócio
- Sócio-Gerente
- Administrador Executivo
- Auditor interno
- Outra: _____

9. Indique o número de anos de experiência profissional que possui nas funções que atualmente desempenha? *

10. Tendo em conta a classificação do IAPMEI e O Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de * novembro, qual a dimensão da empresa?

Marcar apenas uma oval.

- Micro - emprega menos de 10 pessoas e o volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros;
- Pequena - emprega menos de 50 pessoas e o volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;
- Média - emprega menos de 250 pessoas e o volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou o balanço total anual não excede 43 milhões de euros.
- Não PME

11. Indique o número de funcionários da empresa em que se encontra a desempenhar * funções:

Marcar apenas uma oval.

- ≤ 10
- De 11 a 49
- ≥ 50

12. Assinele o setor que melhor se ajusta às atividades desenvolvidas pela organização * em que se encontra a trabalhar:

Marcar apenas uma oval.

- Comércio/Serviços
- Indústria
- Agricultura
- Outra: _____

13. Assinale qual das seguintes tipologias se ajusta à sua organização onde se encontra a trabalhar:

Marcar apenas uma oval.

- Sociedade por quotas
- Sociedade por quotas obrigada a certificação legal de contas por ter atingido os limites definidos pelo Artigo 262.o do Código das Sociedades Comerciais
- Sociedade Anónima - (SA)
- Entidades do Sector Não Lucrativo
- Entidades do Sector Público com autonomia administrativa e financeira
- Fundo de Investimento Mobiliário e Imobiliário
- Fundo Autónomos do Estado
- Outra: _____

14. A organização onde se encontra a trabalhar faz planeamento fiscal anual? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. Na sua opinião, o planeamento fiscal é importante porque permite a obtenção de * benefícios fiscais e a criação de valor para as empresas:

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
- Pouco Muito relevante

16. A sua entidade é obrigada à Certificação Legal de Contas - (CLC)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Questões finais.

17. Na conclusão da última CLC emitida para a sua entidade, o Revisor Oficial de *
Contas – (ROC),emitiu um parecer:

Marcar tudo o que for aplicável.

Sem reservas

Com reservas

Com escusa de opinião

Com opinião adversa

Com ênfases

Outra: _____

18. A sua empresa tem um auditor interno? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. As demonstrações financeiras da organização em que se encontra a trabalhar são *
preparadas por quem?

Marcar apenas uma oval.

Gestor/Diretor Financeiro

Contabilista Certificado

Outra: _____

20. Na elaboração do relato financeiro de cada ano são consideradas as recomendações * da revisão de contas dos anos anteriores? Responda sim ou não, explique os motivos desse procedimento.

21. Utiliza as recomendações dos auditores (internos ou externos) na tomada de decisão * nos processos de gestão da empresa? Responda sim ou não, explique os motivos desse procedimento.

22. Explique de forma resumida por algumas palavras de que forma a auditoria afeta a * gestão e a preparação das demonstrações financeiras da empresa onde se encontra a trabalhar.

Se a sua empresa apenas foi obrigada a CLC recentemente, faça referência a esse facto e tente explicitar as diferenças que encontrou no processo referido.
